

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS  
CURSO DE JORNALISMO

GIULIA MACHADO CASSOL

**O FEMININO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ANÁLISE DO  
DOCUMENTÁRIO O PROCESSO (2018)**

Porto Alegre  
2021

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS

GIULIA MACHADO CASSOL

**O FEMININO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ANÁLISE DO  
DOCUMENTÁRIO “O PROCESSO” (2018)**

Porto Alegre  
2021

GIULIA MACHADO CASSOL

**O FEMININO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ANÁLISE DO  
DOCUMENTÁRIO “O PROCESSO” (2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comunicação, Artes e Design, da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul, como requisito à obtenção do título de Bacharel  
em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristiane Freitas Gutfreind

Porto Alegre  
2021

GIULIA MACHADO CASSOL

**O FEMININO NO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: ANÁLISE DO  
DOCUMENTÁRIO “O PROCESSO” (2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Comunicação, Artes e Design, da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do  
Sul, como requisito à obtenção do título de Bacharel  
em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA:

---

---

---

Porto Alegre  
2021

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais e ao meu irmão.

Agradeço também à minha orientadora, Cristiane Freitas Gutfreind, pelo apoio e incentivo durante a elaboração desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho estuda a presença feminina no *impeachment* de Dilma Rousseff pelo ponto de vista do documentário *O Processo* (2018), de Maria Augusta Ramos. Utilizamos a técnica de análise fílmica como metodologia para examinar *frames* do documentário onde a presença feminina é evidenciada. Para isso, escolhemos três momentos da produção para análise: a manifestação de mulheres em frente ao Palácio do Planalto, os votos de deputadas na Câmara dos Deputados e o discurso de Janaína Paschoal na Comissão do *Impeachment*. O resultado da pesquisa mostra que tanto as manifestantes em frente ao Planalto quanto as deputadas que aparecem no filme estavam apoiando Dilma Rousseff, entretanto o filme omite que dentro do Parlamento a maioria das mulheres não apoiou a presidenta. Por parte da oposição, Janaína Paschoal utilizou a Constituição como símbolo de veracidade do processo e também estava alinhada ao discurso pejorativo praticado pela oposição à Dilma Rousseff.

**Palavras-chave:** Análise fílmica. Presença feminina. Impeachment. O Processo.

## **ABSTRACT**

This work studies the female presence in the impeachment of Dilma Rousseff from the point of view of the documentary “O Processo” (2018) by Maria Augusta Ramos. We use the film analysis technique as a methodology to examine documentary frames where the female presence is evidenced. For this, we chose three moments of the production for analysis: the women’s demonstration in front of the Planalto Palace, the votes of deputies in the Chamber of Deputies, and Janaína Paschoal’s speech at the Impeachment Commission. The survey’s results show that both protesters in front of the Planalto and the deputies who appear in the film were supporting Dilma Rousseff. However, the movie omits that in the Parliament the women’s majority did not support the president. On the opposition, Janaína Paschoal used the Constitution as a symbol of veracity and was also in line with the pejorative speech practiced by the opposition to Dilma Rousseff.

**Keywords:** Film analysis. Female presence. Impeachment. The Process.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cartaz de reprodução do documentário O Processo .....	27
Figura 2 - Planos textuais - O Processo .....	29
Figura 3 - Manifestação na abertura do processo de impeachment.....	40
Figura 4 - Plano Conjunto e Contra-Plongée.....	41
Figura 5 - Manifestação - Plano Conjunto - predominância feminina .....	42
Figura 6 - Manifestação - Plano Médio .....	43
Figura 7 - Manifestação - Primeiro Plano ou Close .....	44
Figura 8 - Imagem da Câmara dos Deputados - Plano Aberto .....	49
Figura 9 - Imagem em Plano Fechado - Primeiro Plano e ângulo <i>Plongée</i> .....	51
Figura 10 - Imagem em Plano Geral .....	52
Figura 11 - Imagem em Meio Primeiro Plano .....	52
Figura 12 - Imagem em Plano Fechado e <i>Plongée</i> .....	54
Figura 13 - Imagem em Primeiro Plano .....	55



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DO IMPEACHMENT NO BRASIL .....</b>	<b>12</b>
2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL .....	12
2.2 A ADOÇÃO DO IMPEACHMENT PELA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA .....	15
<b>2.2.1 Os processos de destituição presidencial no Brasil antes de 2016 .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2.2 Impeachment de Fernando Collor de Mello .....</b>	<b>18</b>
2.3 O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF .....	20
<b>3 A VISÃO DO IMPEACHMENT ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO “O PROCESSO” DE MARIA AUGUSTA RAMOS .....</b>	<b>26</b>
3.1 SOBRE A DIRETORA MARIA AUGUSTA RAMOS .....	27
3.2 SOBRE “O PROCESSO” .....	28
<b>4 MULHERES NA POLÍTICA: O GOVERNO DILMA E O MOVIMENTO FEMINISTA .....</b>	<b>31</b>
4.1 DILMA ROUSSEFF: VIDA PESSOAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA .....	32
4.2 O GOVERNO DILMA DE 2011 A 2016: POSICIONAMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES .....	35
4.3 MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO .....	46
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há 36 anos se encerrava a ditadura civil-militar no Brasil e, com o fim do totalitarismo, a construção de uma república democrática foi iniciada. Apesar de apresentar falhas em sua formação, como o não julgamento de crimes cometidos durante a ditadura, ainda hoje vivemos o mais longo período de uma democracia vigente no Brasil. Até 2021, nove pessoas já ocuparam o cargo de Presidente da República, sendo seis destas escolhidas por voto popular. Durante a Nova República, a prática do *impeachment* também ascendeu como ferramenta utilizada para a manutenção dos líderes eleitos pela população. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito através de eleições diretas e o primeiro a sofrer um *impeachment*. Em 2016, Dilma Rousseff também foi destituída da presidência através do *impeachment*, sendo este processo fonte de debate ainda hoje acerca de sua veracidade, uma vez que os crimes pelos quais Dilma foi acusada, as “pedaladas fiscais”<sup>1</sup>, são consideradas ações comuns a qualquer gestão.

Ao refletirmos sobre a queda de Dilma Rousseff, questionamos a atuação dos agentes envolvidos no processo de *impeachment* e a reação da população em relação à exoneração da ex-presidenta do cargo. Buscamos, aqui, compreender como as mulheres se posicionaram politicamente frente ao *impeachment* de Dilma Rousseff, através de um recorte feito em uma produção audiovisual, sendo nossa pergunta de partida para o desenvolvimento deste trabalho: de que forma o feminino é mostrado no documentário “O Processo” (2018)?

Através da teoria e de imagens escolhidas para análise, procuramos estabelecer conexões entre os governos de Dilma Rousseff com o movimento feminista e a representação feminina parlamentar. O tema deste estudo se justifica também pelo fato de o processo de *impeachment* ocorrer durante a gestão da única mulher a assumir a presidência. Ao pensarmos sobre o significado de uma mulher ocupar o cargo, percebemos que simbolicamente representa um grande avanço de representatividade política, posto que historicamente a presença de figuras femininas dentro da máquina pública é expressivamente inferior à de homens. Devido a essa questão, dedicamos este espaço de estudo para observar a presença das mulheres no documentário “O Processo”.

Outra questão relevante para reflexão, e que pode ser percebida posteriormente à destituição de Dilma, é evidenciada ao ponderarmos sobre os governos após 2016. Em 2017, Michel Temer (PMDB) tornou-se o primeiro Chefe de Estado a ser formalmente acusado pela

---

<sup>1</sup> As pedaladas fiscais ficaram conhecidas como os atrasos da União no repasse para bancos estatais cobrirem despesas com programas públicos e empréstimos com juros subsidiados. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37190184>

Procuradoria-Geral da República no exercício do mandato. Os crimes pelos quais ele foi acusado foram arquivados meses depois e Temer negou renunciar ao cargo. Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito como Presidente da República, este que ovacionou figuras antidemocráticas em diversas ocasiões, relativizou a gravidade de um estupro em insulto à deputada Maria do Rosário e, atualmente, tem sua gestão investigada pela CPI da Covid por negligências cometidas no combate à Covid-19 no Brasil. Não obstante, até o momento da realização deste trabalho, Jair Bolsonaro não teve sequer um processo de *impeachment* aberto. No momento em que vivemos um fenômeno de polarização política, ainda incompreendido por muitos, e presente em produções audiovisuais, se torna relevante observar os agentes políticos envolvidos no *impeachment* de 2016, sendo este um dos acontecimentos históricos da política brasileira mais relevante desde a redemocratização.

Nesta monografia, analisamos o documentário “O Processo”, de Maria Augusta Ramos. O objeto do estudo se mostra relevante para a abordagem que pretendemos trazer ao trabalho, por ter sido realizado durante o período de *impeachment* e oferecer uma perspectiva imersiva das movimentações políticas na Câmara e Senado, além da presença de manifestantes e da própria Dilma. A trajetória fílmica da diretora ligada ao Estado e ao judiciário brasileiro, desde o início dos anos 2000, também eleva o debate acerca de julgamentos e decisões parlamentares.

No primeiro capítulo, refletiremos a criação do Estado Democrático no país pós-ditadura civil-militar, pautando conceitos da Democracia Representativa e, especificamente, da utilização do *impeachment* nesta prática governamental. Neste capítulo trazemos, também, em ordem cronológica, o contexto histórico de destituições presidenciais vividas no país, com ênfase no processo sofrido por Dilma Rousseff. Para mais, relacionamos o ponto de vista apresentado pelo documentário a abordagens feitas também em outros momentos históricos, como o *impeachment* de Collor.

Após a reconstituição do cenário do *impeachment* de Rousseff no primeiro capítulo, no segundo focamos no documentário “O Processo”. Neste capítulo, são abordadas as questões estruturais do filme, o espaço-tempo da narrativa e as considerações feitas pela diretora, em entrevista que concedeu à mídia sobre o documentário. Além disso, relembramos a trajetória fílmica de Maria Augusta Ramos ligada ao Estado brasileiro.

O terceiro e último capítulo é destinado ao desenvolvimento da análise junto ao referencial teórico, em que buscamos examinar através de *frames* como aparecem as mulheres no documentário, a ligação de Dilma Rousseff com o movimento feminista e a representatividade feminina parlamentar.

Como metodologia, utilizamos a análise fílmica das imagens em critérios descritos por Aumont e Marie (2004), os quais definem como um princípio analítico o desprendimento de

um método universal para a análise, sendo esta ajustada ao objeto de que trata. Neste caso, é realizada a análise descritiva das imagens, aliadas ao seu contexto e ao som, além da análise dos parâmetros formais das imagens com ênfase na composição. Além disso, Mascelli (2010) e Gerbase (2012) darão subsídios ao estudo da composição das imagens.

## 2 ALGUNS APONTAMENTOS ACERCA DO IMPEACHMENT NO BRASIL

No presente capítulo apresentamos um breve contexto acerca da democracia representativa no Brasil, a partir do período de redemocratização após a ditadura civil-militar. A abordagem de destaque se dá acerca do uso do *impeachment* como ferramenta de fiscalização do poder, característica desse modelo de governo, tendo em vista que o objeto de estudo é um documentário que trata de um processo de *impeachment*, sobre o qual serão perpassados pontos históricos de destituições no Brasil até o período da instauração do processo que resultou na exoneração de Dilma Rousseff, em 2016. Além disso, trazemos indícios encontrados no objeto de estudo deste trabalho para revelar circunstâncias relevantes e conexões para o desenvolvimento do tema de pesquisa.

### 2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL

No cenário político mundial, as formas de governo vigentes nos países, tanto no Ocidente como no Oriente, são constantemente questionadas e modificadas de acordo com a evolução e as necessidades da sociedade. Os modelos institucionais adotados para administrar um corpo social podem ser a monarquia, o anarquismo e a república, sendo esta última a forma mais adotada pelos governos na atualidade. Já as práticas governamentais podem ser absolutistas, democráticas, parlamentares, aristocráticas, presidencialistas e totalitárias, as quais se diferenciam pelo nível de participação popular, uso de autoridade dos gestores e controle sobre liberdades civis. Atualmente, segundo pesquisa de 2017 da *Pew Research Center*<sup>2</sup>, em que 3.800 pessoas de 38 países foram entrevistadas, foi apontado que a democracia representativa é o modelo mais apoiado pelos cidadãos.

O surgimento de princípios que deram origem a governos representativos, segundo Manin (1995), ocorreram no final do século XVIII e se estabeleceram em quatro ideias refletidas em fundações concretas. Sendo assim: (1) os representantes são eleitos pelos governados; (2) os representantes conservam uma independência parcial diante das preferências dos eleitores; (3) a opinião pública sobre assuntos políticos pode se manifestar independentemente do controle do governo; e, por fim, (4) as decisões políticas são tomadas após debate.

---

<sup>2</sup> Pesquisa “*Globally, Broad Support for Representative and Direct Democracy*”, de 2017, realizada pela *Pew Research Center*. Disponível em: [https://www.pewresearch.org/global/wp-content/uploads/sites/2/2017/10/Pew-Research-Center\\_Democracy-Report\\_2017.10.16.pdf](https://www.pewresearch.org/global/wp-content/uploads/sites/2/2017/10/Pew-Research-Center_Democracy-Report_2017.10.16.pdf)

Através disso, entendemos que não é possível existir representatividade sem a atuação popular na escolha dos líderes, e que os governados têm o direito de realizar a manutenção das autoridades por meio das eleições; apesar de os eleitos conquistarem o voto popular com promessas e ideias em comum, têm autonomia para decidir executá-las ou não. Deve haver transparência nas decisões do governo para sustentar a formação de opinião pública, assim como garantir aos cidadãos a liberdade de expressão. Em conclusão, as ações do governo devem ser debatidas entre os governantes, estes que representam grupos sociais divergentes e, em grande parte, com interesses também distintos, de maneira coletiva. Sendo assim, as decisões parlamentares que visam atingir a população devem ser tomadas em acordo e em prol do bem-estar de todos. Embora ainda hoje o sistema de democracias representativas opere com fundamentos semelhantes aos do século XVIII, Manin (1995) destaca mutações significativas nos últimos dois séculos para a concepção atual do conceito:

A mudança mais evidente, que mais chamou a atenção dos historiadores do governo representativo, diz respeito ao direito de voto: a propriedade e a cultura deixaram de ser representadas e o direito ao sufrágio foi ampliado. Essa mudança ocorreu paralelamente a uma outra: a emergência dos partidos de massa. O governo representativo moderno foi instalado sem a presença de partidos organizados, seguindo os exemplos das revoluções inglesa, americana e francesa. A maioria dos fundadores do governo representativo chegava a pensar que a divisão entre partidos ou “facções” era uma ameaça ao sistema que pretendiam estabelecer. A partir da segunda metade do século XIX, porém, a presença de partidos políticos na organização da expressão da vontade do eleitorado passou a ser vista como um componente essencial da democracia representativa (MANIN, 1995, p.5).

Ainda que a presença de partidos políticos seja um elemento fundamental para a democracia representativa, desde que o Brasil adotou o modelo democrático, após o fim do regime totalitário imposto pelos militares entre 1964 e 1985, existe um amplo debate sobre a quantidade de partidos políticos no país. Em meados dos anos 1980, o debate se concentrava na quantidade de partidos necessários para operar o novo sistema pluripartidário, que foi construído por cinco partidos: PDS, PMDB (atual MDB), PTB, PDT e PT. Desde então, o sistema partidário e o poder político ficaram cada vez mais fragmentados e o debate passou a ser pautado pela diminuição do número de partidos. Atualmente, 33 partidos estão registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>3</sup> no Brasil.

A transição da ditadura para o regime democrático no país foi iniciada durante a gestão do penúltimo militar a ocupar o poder, Ernesto Geisel (1974-1979), no contexto em que o próprio governo já sentia os sinais da perda de legitimidade. Em agosto de 1979, foi promulgada, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), último militar a

---

<sup>3</sup> Partidos Políticos registrados pelo TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>

governar o país, a Lei da Anistia<sup>4</sup>, que amenizou os crimes cometidos por militares perante a população durante o regime totalitário e absolveu cidadãos que tiveram seus direitos usurpados na ditadura civil-militar.

Observamos que, ao passo que ficavam evidentes os avanços para a democracia no Brasil, as tentativas de abrandar o regime totalitário também foram pautadas. Vale ressaltar que somente em 2011, durante o mandato de Dilma Rousseff, perseguida por militares e vítima de torturas, a Comissão Nacional da Verdade foi instaurada para investigar os crimes cometidos naquele período. Em 2014, o relatório<sup>5</sup> solicitado pela presidenta apontou 377 responsáveis diretos e indiretos pela prática de tortura e assassinato durante a ditadura, ainda assim nenhuma pessoa foi punida.

Apesar de apresentar na sua fundação sinais de fragilidade e apenas na história recente buscar evidenciar pessoas que cometeram atos criminosos durante o período totalitário, a Nova República nasceu. Em 1985, Tancredo Neves (MDB) foi declarado Presidente da República. Entretanto, em abril do mesmo ano, o governante faleceu e quem deu início à era democrática no país foi o então vice-presidente José Sarney (MDB). Hoje, 36 anos após a instauração do novo modelo de governo, o Brasil segue a tendência mundial na adoção de governos democráticos. Embora enfraquecido nos últimos anos, grande parte dos países vivem uma democracia. De acordo com o Índice de Democracia<sup>6</sup>, elaborado pela *Economist Intelligence Unit*, dos 165 estados independentes e dois territórios avaliados em 2019<sup>7</sup> 76 deles podem ser considerados democracias, correspondendo a 45,5% dos avaliados. Entretanto, a classificação de cada país varia de acordo com o exercício dos governos perante as regras democráticas. Conforme o estudo, no Brasil configura-se uma “democracia imperfeita” ou “democracia falha”. Isso significa que no país existem eleições e as liberdades civis básicas são respeitadas, mas o governo apresenta fragilidades na gestão, a participação popular é reduzida e a condição cultural política é insuficiente – no *ranking* de classificação geral, se encontra na 52ª posição.

Como outro indício de uma democracia limitada, podemos destacar ainda que o país carece de ampla representatividade no poder: para as eleições de 2018, segundo análise do Portal G1<sup>8</sup> com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o perfil médio das

---

<sup>4</sup> Lei da Anistia. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm)

<sup>5</sup> Comissão da Verdade responsabiliza 377 por crimes durante a ditadura. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/comissao-da-verdade-responsabiliza-377-por-crimes-durante-ditadura.html>

<sup>6</sup> O Índice de Democracia é realizado pela *The Economist Intelligence Unit*, da revista *The Economist*, e examina os governos de 167 regiões, classificando-os da democracia plena ao regime autoritário.

<sup>7</sup> Índice de Democracia 2019. Disponível em: <https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2020/>

<sup>8</sup> Perfil médio do candidato nesta eleição é homem, branco, casado, com ensino superior. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/29/perfil-medio-do-candidato-nesta-eleicao-e-homem-branco-casado-com-ensino-superior.ghtml>

candidaturas se configurava em homens brancos, heterossexuais e com ensino superior completo. Homens representavam 69,1% das candidaturas contra 30,9% de mulheres. Além disso, na questão de raça, sendo 55,9% da população brasileira considerada preta ou parda, as candidaturas desta parcela populacional ainda estão abaixo, configurando 46% dos candidatos<sup>9</sup>. Schwarcz (2019) destaca que embora estejamos vivendo “o mais extenso período de vigência de um estado de direito e de uma democracia no Brasil republicano, não logramos diminuir nossa desigualdade, combater o racismo institucional e estrutural contra negros e indígenas, erradicar as práticas de violência de gênero” (SCHWARCZ, 2019, p. 20).

Mesmo assim, embora a democracia brasileira seja considerada falha e apresente indicações claras de falta de representatividade para a maioria da população, os mecanismos que a compõem são reproduções de governos avaliados como exemplos democráticos. Além das eleições, o país possui também ferramentas de fiscalização de poder fora do período eleitoral, como o *impeachment*.

## 2.2 A ADOÇÃO DO IMPEACHMENT PELA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A origem do *impeachment* como ferramenta da fiscalização do poder surgiu na Inglaterra, no século XIV, no final da Idade Média, contudo, no primeiro momento, era executado como um processo criminal, instaurado nas casas parlamentares para investigar e punir alguém acusado pelo descontentamento popular no meio social resultante da prática de crimes.

Na Inglaterra, essa ferramenta caiu em desuso, tendo ocorrido o último *impeachment* em 1806. Em decorrência das punições severas do processo, criou-se o hábito da renúncia que se tornou uma característica do parlamentarismo inglês. Antes de declinar na Inglaterra, a ferramenta foi integrada à Constituição dos Estados Unidos da América, em vigor desde 1787, assumindo novas características executadas até hoje (BARROS, 2006). A constituição norte-americana readaptou o processo de *impeachment* para, além das eleições, ter uma ferramenta de fiscalização do poder no caso de governantes que excederem a legalidade durante suas gestões.

Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 113), nos Estados Unidos, o “sistema constitucional de freios e contrapesos foi projetado para impedir líderes de concentrar e abusar do poder”. Em

---

<sup>9</sup> Percentual de candidatos negros cresce, mas segue abaixo da proporção da população. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/25/percentual-de-candidatos-negros-cresce-mas-segue-abaixo-da-proporcao-da-populacao.ghtml>



234 anos, três presidentes norte-americanos foram formalmente acusados no Congresso Nacional, mas todos foram absolvidos no Senado e finalizaram seus mandatos<sup>10</sup>.

O pouco uso do processo nos Estados Unidos está ligado a críticas generalizadas sobre o *impeachment* no país, por “considerá-lo um procedimento tumultuado, favorecendo discussões paralelas e evasivas, incompatíveis com a linearidade e celeridade requeridas diante de fatos político-administrativos tão graves como a traição, o suborno e outros” (BARROS, 2006, p. 499). Apesar disso, a Constituição dos Estados Unidos também serviu de exemplo para a elaboração da constituição em países do mundo todo, incluindo o Brasil. O *impeachment*, já considerado político e não mais criminal, foi incorporado por grande parte de nações republicanas onde a democracia representativa passou a vigorar. Na atualidade, a destituição através do processo ocorre em casos em que o governante ultrapassa os limites da legalidade no exercício, abusando do poder que lhe foi conferido (GLASENAPP, 2018).

No Brasil, desde o período da redemocratização após a ditadura civil-militar, duas pessoas foram destituídas do cargo de Presidente da República através do processo de *impeachment*, foram eles: o ex-presidente Fernando Collor de Mello, no ano de 1992, e a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Com ações desencadeadas por motivos divergentes, é necessário observar a conduta do processo de *impeachment* no Brasil e como ele se aplicou em ambos os casos, para visualizar de maneira mais clara como o processo foi incorporado em cada um dos episódios da história recente brasileira.

### 2.2.1 Os processos de destituição presidencial no Brasil antes de 2016

A partir da Constituição de 1891<sup>11</sup>, com a adoção da República inspirada na Constituição dos Estados Unidos, o *impeachment* no Brasil passou a ter caráter político. Com a Lei nº 30, promulgada em 8 de janeiro de 1892<sup>12</sup>, foram explicitados os crimes de responsabilidade pelos quais o Presidente da República poderia ser julgado. De acordo com Rechia (2020, p. 318 apud RICCITELLI, 2006), neste período, “o *impeachment* no Brasil se

<sup>10</sup> O ex-presidente democrata Andrew Johnson, em 1868, Bill Clinton, em 1999, e, na atualidade, o ex-presidente republicano Donald Trump, em 2019 e 2021. Além disso, em 1972, após a invasão do edifício Watergate, os jornalistas do *The Washington Post* descobriram que Richard Nixon tinha conhecimento de que o intuito da ação era grampear os telefones dos adversários políticos, fazendo com que o presidente republicano renunciasse pela iminente ameaça do processo de destituição.

<sup>11</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, outorgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)

<sup>12</sup> Lei dos Crimes de Responsabilidade do Presidente da República de 1892. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1851-1900/L0030-1892.htm#:~:text=L0030%2D1892&text=LEI%20N%C2%BA%2030%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201892.&text=2%C2%BA%20Esses%20crimes%20ser%C3%A3o%20punidos,direito%20processual%20e%20criminal%20commum.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1851-1900/L0030-1892.htm#:~:text=L0030%2D1892&text=LEI%20N%C2%BA%2030%2C%20DE%208%20DE%20JANEIRO%20DE%201892.&text=2%C2%BA%20Esses%20crimes%20ser%C3%A3o%20punidos,direito%20processual%20e%20criminal%20commum.)

adequou, pela primeira vez, ao modelo estadunidense, no que diz respeito a prever a condenação do agente culpado tão somente à perda do cargo e à inabilitação para o exercício de função pública”. A partir da lei de 1892, “o *impeachment* é um instrumento previsto em todas as constituições republicanas que o país possuiu, sendo hoje previsto na Constituição de 1988 e regulado pela Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950” (RECHIA, 2020, p. 318).

No Brasil, quatro presidentes foram destituídos após a criação Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950<sup>13</sup>, entretanto, os dois primeiros presidentes afastados, Café Filho<sup>14</sup>, em 1955, e, no mesmo ano, Carlos Luz<sup>15</sup> não sofreram *impeachment*. Este momento histórico foi compreendido entre 1954, ano em que Getúlio Vargas<sup>16</sup> cometeu suicídio, e 1956, ano em que Juscelino Kubitschek<sup>17</sup> (JK) se tornou presidente, sendo a vitória de JK nas urnas, em 1955, o estopim para a articulação de um golpe de Estado organizado pela oposição. No período, os parlamentares entenderam que havia risco de guerra civil e finalizaram o julgamento de Café Filho e Carlos Luz em pouco tempo, não permitindo a defesa dos dois presidentes na Câmara e no Senado. Juscelino Kubitschek concluiu seu mandato, já o governo sucessor que teve como presidentes Jânio Quadros, que renunciou em 1961, Ranieri Mazzilli, como interino, e João Goulart, sofreu o golpe militar que instaurou a ditadura civil-militar no país entre 1964 e 1985.

Em 1985, após o fim da ditadura no Brasil, José Sarney assumiu a presidência da Nova República. Durante esse período, a Constituição de 1988<sup>18</sup> foi elaborada e consolidou a transição do regime totalitário para a conquista da democracia no país. A Constituição adquiriu um valor simbólico de superação do autoritarismo e a da violência, sendo o ponto culminante da restauração do Estado Democrático de Direito (BARROSO, 1998).

A primeira eleição através do voto direto ocorreu um ano após a Constituição Cidadã ser outorgada, em 1989. Depois de 29 anos, o primeiro turno das eleições diretas aconteceu no dia 15 de novembro e o segundo no dia 17 de dezembro, consagrando, com 53,03% dos votos válidos, Fernando Collor de Mello (PRN) como primeiro presidente da Nova República. Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi o segundo candidato mais votado com 46,97%, apesar da pouca diferença de votos, o país não sofria uma polarização política. Collor foi também o primeiro presidente a ser destituído através do processo de *impeachment*. Quanto à polarização,

<sup>13</sup> Lei nº 1079, de 10 de abril de 1950. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm)

<sup>14</sup> João Fernandes Campos Café Filho foi 18º presidente do Brasil entre 24 de agosto de 1954 e 8 de novembro de 1955; também foi vice-presidente no governo de Getúlio Vargas entre 1951 e 1954.

<sup>15</sup> Carlos Luz foi presidente do Brasil de 8 a 11 de novembro de 1955, tornando-se o presidente do Brasil que ocupou a cadeira presidencial por menos tempo.

<sup>16</sup> Getúlio Dornelles Vargas foi líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha; foi presidente do Brasil em dois períodos: de 1930 até 1945, e de 1937 a 1945, durante o Estado Novo implantado após um golpe de Estado.

<sup>17</sup> Juscelino Kubitschek foi o 21º Presidente do Brasil, ficando no cargo entre 1956 e 1961.

<sup>18</sup> Constituição Brasileira de 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

observamos que no *impeachment* de Dilma, essa foi determinante para a destituição da presidenta e que, neste caso, o envolvimento do ex-presidente Lula também contribuiu para o cenário polarizado.

### 2.2.2 Impeachment de Fernando Collor de Mello

A gestão do governo Collor, por mais aprovada que fosse pela população nas eleições de 1989, foi curta. Em menos de um ano surgiram as primeiras denúncias de corrupção e Fernando Collor de Mello, que assumiu a presidência do Brasil em 1990, dois anos depois, em 1992, sofreu o primeiro processo de *impeachment* da Nova República. Segundo Sallum e Casarões (2011), antes de 1992 o governo já sofria com acusações que foram tornando a gestão insustentável antes mesmo da destituição do presidente, perdendo prestígio popular em meio às acusações de corrupção.

O estopim para a deposição de Collor da presidência aconteceu em maio de 1992, quando Pedro Collor, irmão do presidente, concedeu uma entrevista à revista *Veja*<sup>19</sup> explicitando os esquemas de corrupção do governo. Após a confirmação do envolvimento do presidente no esquema, foi instaurada, pela Câmara dos Deputados, a abertura do processo e em dezembro foi aprovado pelo Senado o *impeachment* de Collor de Mello, que “o baniu da vida pública por oito anos. Também isso foi comemorado como sinal de força da democracia brasileira” (SALLUM JR.; CASARÕES, 2011, p. 164). Quem assumiu a presidência após a finalização do processo foi Itamar Franco, vice-presidente de Collor. Este período histórico no Brasil também ficou marcado pela primeira destituição presidencial através da Lei nº 1079 e acendeu o debate sobre o *impeachment* no Brasil.

É importante ressaltar que após o caso Collor o processo se tornou relevante ao debate público, não sendo alterado teoricamente, contudo “modificado nas condições de sua existência prática. No curso do processo do Presidente Collor, o *impeachment* se tornou popular – divulgou-se entre o povo – no Brasil. Antes, “jazia na Constituição, à distância do povo” (BARROS, 2006, p. 492). Para este ponto, é relevante evidenciar que tal característica de atuação popular para a abertura do processo contra Dilma Rousseff foi absorvida em discursos pró-*impeachment* em 2016. Como vemos no documentário *O Processo*, durante a presença de Dilma no Senado para prestar defesa na fase final do *impeachment*, ocasião em que a mesma alegou estar se defendendo sem ter sido ré por lavagem de dinheiro, contas no exterior ou desvio

<sup>19</sup> Entrevista que Pedro Collor concedeu à VEJA em 1992: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-entrevista-que-pedro-concedeu-a-veja-ha-20-anos-e-que-esta-na-raiz-do-odio-que-fernando-collor-tem-da-revista/>

de dinheiro público, diferente de Collor de Mello, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB) destacou que:

*Este impeachment não nasceu no Congresso Nacional, este impeachment nasceu nas ruas do Brasil. E é por isso que eu quero saudar a representação do povo brasileiro, representado por jovens destemidos, abnegados, apartidários, que foram para as ruas manifestar a sua indignação. Porque golpe é vencer uma eleição mentido para o país.* (O PROCESSO, 2018, 1h50min01seg - 1h50min31seg)

Portanto, percebemos que a atuação política popular, através de manifestações nas ruas, foi incorporada no período que antecedeu a abertura do processo contra Dilma, tendência iniciada no governo Collor. No *impeachment* de Collor, a aprovação da população em relação à possibilidade da interferência de gestões presidenciais corruptas através do processo ficou clara em uma das maiores mobilizações políticas do país – o movimento Caras-Pintadas. A manifestação atingiu grandes proporções em agosto de 1992, quando Collor solicitou o apoio popular em discurso, pedindo que adeptos ao governo utilizassem as cores do Brasil como símbolo de apoio. Em contrapartida, os manifestantes, principalmente de movimentos estudantis, saíram às ruas com os rostos pintados de verde e amarelo e vestindo preto, clamando a favor da destituição do presidente. A simbologia das cores do país foram adotadas por manifestantes de oposição à Dilma, que incorporaram as cores e a bandeira do Brasil para pedir a saída de Dilma do cargo nas ruas.

Com isso, percebemos que, relacionado à população que foi privada da escolha de seus líderes durante os 21 anos de ditadura, o *impeachment* de Collor se transformou também em um símbolo de poder para o povo em relação aos governantes antes das eleições. O movimento Caras-Pintadas, composto por uma maioria juvenil, consolidou a participação de cidadãos que antes se encontravam inviabilizados na atuação política, pois “grande parte dos jovens que saiu às ruas nas passeatas pró-*impeachment* não havia votado nas eleições de 1989 – por não terem, ainda, os 16 anos necessários para obter o título eleitoral” (DIAS, 2008, p. 2).

No decorrer da Nova República, a participação popular se consolidou e, assim, destacou a possibilidade da interrupção de gestões através do *impeachment* cada vez mais. Percebemos na história recente do país que, ainda hoje, os crimes de responsabilidade que desencadeiam o processo são pautados em todos os governos federais após 1988, como destaca Pivetta (2017):

Todos os Presidentes da República eleitos pelo voto direto, ao menos desde a redemocratização operada em 1988, foram denunciados por cidadãos pela suposta prática de crimes de responsabilidade. Dados da Câmara dos Deputados apontam que foram apresentadas 29 denúncias contra Fernando Collor de Mello, 4 contra Itamar Franco, 17 contra Fernando Henrique Cardoso (1 no primeiro mandato e 16 no segundo), 34 contra Luiz Inácio Lula da Silva (25 no primeiro mandato e 9 no

segundo), 48 contra Dilma Rousseff (14 no primeiro mandato e 34 no segundo), o que totaliza 132 denúncias (PIVETTA, 2017, p. 12).

Além da deposição de Collor, das outras 131 denúncias que poderiam configurar como crimes de responsabilidade fiscal, apenas na gestão da primeira mulher a ocupar a Presidência da República foi instaurado um processo que levou à exoneração da governante. Depois de 24 anos do primeiro *impeachment* no Brasil, Dilma Rousseff foi destituída do posto em 2016.

### 2.3 O PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

Em 31 de outubro de 2010, aos 62 anos, Dilma Rousseff (PT) foi eleita para seu primeiro mandato como Presidente da República. Em disputa no segundo turno com José Serra (PSDB), as urnas apontaram 56,05% dos votos válidos para a petista e 43,95% para o tucano. Pela primeira vez na história do país, 55.752.092 brasileiros elegeram uma mulher para presidir o Brasil.

O governo Dilma sucedeu os oito anos de gestão do também petista Luís Inácio Lula da Silva, herdando não só o avanço de políticas públicas voltadas para a população carente do país, como também as consequências da Crise de 2008. Desencadeada por uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, a crise levou à falência o tradicional banco *Lehman Brothers* e iniciou um período crítico para a economia em todo o mundo.

Com a recessão econômica mundial atingindo também a economia nacional, o governo buscou fomentar os investimentos na infraestrutura do país por meio do Programa de Aceleração do Crescimento 2, o PAC 2, logo no início da gestão, e continuou investindo em programas sociais como a criação do “Brasil sem Miséria”<sup>20</sup> e do programa “Rede Cegonha”<sup>21</sup>. No entanto, “a partir do final de 2011 e início de 2012, as condições internacionais começaram a mudar drasticamente, tornando-se cada vez mais adversas” (DWECK; TEIXEIRA, 2017, p. 2), e apesar das medidas adotadas nos governos Lula e Dilma amenizarem a crise brasileira não foram o suficiente para contê-la em longo prazo no país. Vieira (2018) ainda destaca que existem divergências acerca da verdadeira vertente da expansão da crise no país:

Para uma parcela de economistas e outros intelectuais, o que se sucedeu no país é reflexo da crise internacional de 2008, que, embora ainda não tivesse, até aquele momento, surtido grande efeito por aqui, chegou com força por decorrência de uma segunda fase de agravamento da crise em 2011. Outra parcela atribui os problemas

<sup>20</sup> “Brasil sem Miséria” é um programa social criado na gestão de Dilma Rousseff. Lançado em junho de 2011, o programa do governo federal brasileiro tem como objetivo retirar da situação de pobreza extrema 16,2 milhões de pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês.

<sup>21</sup> A “Rede Cegonha” é uma estratégia lançada em 2011 pelo governo de Dilma Rousseff para proporcionar às mulheres saúde, qualidade de vida e bem-estar durante a gestação, parto, pós-parto e o desenvolvimento da criança até os dois primeiros anos de vida.

vivenciados em terras brasileiras a erros de gestão da presidente e sua equipe (VIEIRA, 2018, p. 4).

Em meio ao contexto conturbado da tentativa de recuperação econômica, o Brasil ainda havia sido escolhido para sediar a Copa de 2014. Parte da população questionava os investimentos feitos pelo governo em estádios de futebol, por exemplo, quando comparados aos investimentos feitos na saúde, educação, segurança e transporte. Em junho de 2013, ocorreu a primeira grande mobilização contra o aumento das tarifas de transportes coletivos urbanos em diversas regiões do país, considerada como o estopim das manifestações que se estenderam durante o governo Dilma, como afirma Costa (2019):

Junho de 2013 marcou o início de uma série de protestos que levaram mais de um milhão de pessoas às ruas, em quase 150 cidades do Brasil. A ruptura da participação social, a partir de conflitos entre o governo e movimentos sociais, foi somada às críticas e mobilizações em relação à legislação da Copa do Mundo, especialmente por organizações que defendem a reforma urbana e possuem historicamente vínculos com o governo e o PT (COSTA, 2019, p. 20).

O período das Jornadas de Junho de 2013 desencadeou o início de grandes mobilizações para reivindicação de pautas pela população e ataques ao governo. Pesquisas feitas pelo Instituto Datafolha revelaram que antes das Jornadas Dilma contava com grande apoio popular; após as manifestações, decaiu até o final de 2013, recuperando-se em 2014 e garantindo a reeleição. Os dados do Instituto revelaram que apesar de as mulheres terem sido responsáveis pela maior queda de apoio ao governo em 2013<sup>22</sup>, foi o mesmo grupo que elevou o apoio à presidenta fora deste período conturbado (RUBIM; ARGOLO, 2018).

Em que pesem as turbulências durante a gestão e das críticas feitas ao governo pela oposição e até mesmo por apoiadores, Dilma foi reeleita em 2014. No dia 26 de outubro de 2014, ocasião em que ocorreu o segundo turno das eleições, Dilma conquistou 54.501.118 votos válidos, que resultaram em 51,64% dos votantes, derrotando pela segunda vez um adversário tucano. O antagonista Aécio Neves (PSDB) obteve o voto de 51.041.155 eleitores, sendo assim, 48,36% das pessoas aptas a votar. A crescente polarização política já se apresentava fortemente neste cenário.

Após a derrota em 2014, o PSDB enviou um pedido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação do registro de candidatura de Dilma Rousseff, para que Aécio Neves, que ficou em segundo lugar nas eleições, assumisse o cargo. A principal justificativa era de que

---

<sup>22</sup> Aprovação a Dilma cai oito pontos. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1292647-aprovacao-a-dilma-cai-oito-pontos.shtml>

o PT teria feito campanhas com dinheiro de corrupção<sup>23</sup>. Embora a ação dos tucanos não tenha sido forte o suficiente para impedir a posse de Dilma, parte da oposição, que já estava inflamada contra o governo, retornou às ruas em oposição ao PT. A crescente polarização, já demonstrada na apertada vitória petista, e o descontentamento das massas iniciado nas Jornadas de Junho, indicavam que o movimento popular de 2013 “embora tenha sido bem mais que isso, converteu-se no começo da onda de classe média contra Dilma, que iria estourar nas ruas em março de 2015” (SINGER, 2015, p. 56).

Com o contexto de movimentos de oposição da população nas ruas e os desacordos no meio político, no dia 2 de dezembro de 2015, quase no final do primeiro ano de governo do segundo mandato, foi aceito, pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (MDB), o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Assim como no *impeachment* de Collor, podemos observar que as mobilizações populares, mais uma vez, atuaram em torno do cenário que culminou na destituição da presidenta.

Mais de 40 acusações foram feitas ao governo Rousseff durante as duas gestões, pois a instauração de um processo de destituição presidencial “pela Câmara dos Deputados dá-se com a formalização de uma denúncia, que pode ser ajuizada por qualquer cidadão, que esteja em dia com suas obrigações eleitorais” (GLASENAPP; FARIAS, 2016, p. 85). A denúncia aceita foi feita em outubro de 2015, pelos juristas Miguel Reale Jr, Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo. Neste pedido “foi oferecida denúncia em face da Presidente da República por crime de responsabilidade requerendo que fosse decretada a perda do cargo, bem como a inabilitação para exercer função pública pelo prazo de oito anos, conforme previsão constitucional” (GLASENAPP; FARIAS, 2016, p. 92). Trecho do pedido proferido por Reale, Paschoal e Bicudo e enviado à Câmara se refere à postura da presidenta como inadmissível:

[...] a situação se revela tão drástica e o comportamento da Chefe da nação se revela tão inadmissível, que alternativa não resta além de pedir a esta Câmara dos Deputados que autorize seja ela processada pelos crimes de responsabilidade previstos no artigo 85, incisos V, VI e VII, da Constituição Federal; nos artigos 4º, incisos V e VI; 9º, números 3 e 7; 10 números 6, 7, 8 e 9; e 11, número 3, da Lei 1.079/1950 (BICUDO; PASCHOAL; REALE, 2015, p. 61).

No dia 17 de abril de 2016, após seis horas de votação na Câmara, do total de 342 deputados: 367 votaram a favor, 137 votaram contra e duas abstenções. Em 12 de maio, 55 senadores aprovaram a abertura do processo contra Dilma Rousseff. Com a decisão, a

<sup>23</sup> PSDB pede ao TSE cassação de Dilma e posse de Aécio como presidente. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/psdb-pede-tse-cassacao-de-dilma-e-posse-de-aecio-como-presidente.html>



presidenta foi afastada do cargo por 180 dias, conforme prevê o Art. 86<sup>24</sup> da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e o vice-presidente Michel Temer (MDB) assumiu a chefia do Estado como presidente interino. A denúncia passou então a ser conduzida por meio da Comissão Especial de *Impeachment*<sup>25</sup> com base nas acusações contra Dilma, sendo elas: emissões de seis decretos de suplementação orçamentária sem aprovação do Congresso e o atraso no pagamento de subsídios agrícolas aos bancos estatais, as chamadas “pedaladas fiscais”.

A partir da aprovação do processo no Senado, defesa e acusação debateram acerca da destituição da presidenta durante os meses que antecedem a decisão do *impeachment*. Como é mostrado no documentário “O Processo”, no dia 29 de agosto Dilma Rousseff comparece ao Senado Federal para prestar defesa, na ocasião destaca que a política fiscal estava sendo criminalizada pelo Senado, justificando que considerar que os decretos emitidos pelo Plano Safra ao Banco do Brasil<sup>26</sup> e acusados no processo de *impeachment* como causa da desestabilidade econômica no país, seria ignorar que desde 2009 o Brasil, assim como o resto do mundo, enfrenta consequências de uma das maiores crises da história.

Acerca dos agentes diretamente envolvidos no processo, cabe aqui ressaltar que o relator da Comissão de *impeachment*, Antonio Anastasia (PSDB-MG), cometeu 972 pedaladas fiscais enquanto governador de Minas Gerais. Segundo documentação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), mesmo sem cumprir as metas fiscais estabelecidas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) entre os anos de 2011 e 2013, Anastasia adotou o mesmo expediente do governo Dilma, editando decretos de suplementação orçamentária<sup>27</sup>. Já na abertura da fase de debates do julgamento no Senado, Janaína Paschoal, representante da acusação, reiterou que a destituição de Dilma não se limitava aos crimes de responsabilidade pelos quais estava sendo acusada, como mostrado em trecho do documentário “O Processo”:

---

<sup>24</sup> Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade. § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções: I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal. § 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo. § 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão. § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

<sup>25</sup> Comissão Especial do Impeachment 2016 no Senado Federal. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2016&data1=2016-04-26&data2=2016-05-06>

<sup>26</sup> Banco do Brasil diz ao Senado que as pedaladas do Plano Safra não têm o ato de Dilma. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/06/17/banco-do-brasil-diz-ao-senado-que-pedaladas-do-plano-safra-nao-tem-ato-de-dilma.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>27</sup> Em três anos, Anastasia cometeu quase mil pedaladas no governo de Minas. Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/em-tres-anos-anastasia-cometeu-quase-mil-pedaladas-no-governo-de-minas-5882/>



*É necessário que o mundo saiba que nós não estamos tratando aqui de questões contábeis. Por isso eu perguntei para um dos professores. [...] Professor, o que foi dito para os colegas professores estrangeiros para eles se convencerem de que foi golpe? [...] Foi dito que a presidente está sendo afastada por base em três decretos? Foi dito que ela foi afastada por causa de um probleminha de contabilidade? Se foi isso que foi dito, é razoável que eles estejam pensando que é um golpe. Ou foi dito que nós, povo brasileiro, fomos vítimas de uma fraude? O modo PT de ser é esse: é o PT que nega os fatos. Nega a realidade. Nós não aguentamos mais a política do marketing, nós queremos líderes que olhem nos nossos olhos. Então, eu conto com vossas excelências para que nós possamos garantir um Brasil melhor para nossas crianças. (O PROCESSO, 2018, 1h57min42seg - 1h59min48seg)*

Através da identificação das “pedaladas fiscais”, como ferramentas utilizadas por Anastasia em sua gestão no governo de Minas Gerais e o discurso de relativização da acusadora Janaína Paschoal acerca dos motivos que levaram Dilma à destituição, fica evidente o caráter contraditório adquirido pelo *impeachment*, uma vez que é possível identificar características questionáveis de motivação em ambos os casos da oposição. Além disso, Eduardo Cunha, o presidente da Câmara que aceitou o pedido para abertura do processo, em pleno desenvolvimento do *impeachment*, foi afastado do cargo de deputado federal e, por consequência, da presidência da Câmara por pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que argumentou que Cunha estava atrapalhando as investigações da Operação Lava Jato<sup>28</sup>, na qual o mesmo é réu e investigado por recebimento de propina<sup>29</sup>. Cabe ressaltar que o Vice-Presidente Michel Temer, do mesmo partido de Cunha, também estava sendo investigado pela Lava Jato, e, em 2019, após deixar a Presidência da República, foi preso pelos crimes cometidos durante toda a sua vida política<sup>30</sup>.

Ainda assim, dois dias depois de seu comparecimento ao Senado, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma foi destituída da Presidência da República. O processo foi aprovado por 61 votos favoráveis e 20 contrários<sup>31</sup> e a presidenta foi afastada definitivamente sob a acusação de ter cometido crimes de responsabilidade fiscal no Plano Safra e os decretos que geraram gastos sem autorização do Congresso. Apesar disso, numa segunda votação, Dilma recebeu menos de dois terços dos votos necessários para inviabilizar a governante de exercer cargos públicos por oito anos e por 42 votos favoráveis, 36 contrários e três abstenções, não foi punida com a

<sup>28</sup> A Operação Lava Jato é uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil e teve início em março de 2014. Embora as investigações tenham avançado para outras questões, o nome surgiu pelo uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis, para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas.

<sup>29</sup> Ministro do STF afasta Cunha do mandato e da presidência da Câmara. Disponível em:

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/05/teori-determina-afastamento-de-cunha-do-mandato.html>

<sup>30</sup> Lava Jato: Michel Temer foi preso por crimes cometidos a ‘vida inteira’. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/politica/lava-jato-michel-temer-foi-presos-por-crimes-cometidos-a-vida-inteira/>

<sup>31</sup> Como votaram os senadores no julgamento de Dilma Rousseff. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/veja-como-votaram-os-senadores-no-julgamento-de-dilma-rousseff>

inabilitação para funções públicas. Após a conclusão do processo, tomou posse do cargo o vice-presidente Michel Temer, permanecendo na função até as eleições de 2018.

Se configurando como um dos momentos históricos da política brasileira recente de maior notoriedade no país e no mundo, no que diz respeito ao Brasil, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi amplamente coberto e obteve destaque através da imprensa nacional e internacional. Grandes reportagens e documentários foram feitos a partir de diversas perspectivas sobre o evento, mostrando os acontecimentos pelos pontos de vista dos agentes *pró-impeachment* e da defesa da ex-presidenta, além da presença de um número expressivo de manifestantes nas ruas com visões ideológicas distintas.

### 3 A VISÃO DO IMPEACHMENT ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO “O PROCESSO”, DE MARIA AUGUSTA RAMOS

Após o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, foram lançados documentários sobre o tema. Tanto apoiadores quanto a oposição à Dilma ofereceram ao público narrativas com enfoques e pontos de vista diversos sobre o mesmo momento político. Com destaque pelo mundo, obtendo reconhecimentos em premiações internacionais, o documentário “O Processo”, de Maria Augusta Ramos, conquistou o prêmio de melhor longa-metragem internacional no Festival Documenta Madrid, na Espanha, e *Democracia em Vertigem* (2019), da diretora Petra Costa, que, pela primeira vez no Brasil, foi indicado a Melhor Documentário de Longa-Metragem na premiação da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas<sup>32</sup>, o Oscar. Além disso, filmes como *Excelentíssimos* (2018), do diretor Douglas Duarte, e *Alvorada* (2021), das diretoras Anna Muylaert e Lô Politi, também contribuem para a documentação deste momento histórico da política brasileira. Já o documentário *Não Vai Ter Golpe!* (2019), produzido pelo Movimento Brasil Livre (MBL), aborda a perspectiva de apoiadores do processo de *impeachment* de 2016. Todos esses filmes citados se unem a uma vasta produção de conteúdos e narrativas realizadas sobre o tema e contribuem para que este momento do país esteja documentado através de vários pontos de vista.

Neste capítulo tratamos do objeto de estudo escolhido para análise, o documentário “O Processo” e a autora Maria Augusta Ramos. Optamos pela produção de Maria Augusta por identificarmos pontos relevantes para a abordagem do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff sob o ponto de vista oferecido pela obra. Nesta, temos um acesso imersivo aos bastidores da defesa de Dilma e com isso, podemos perceber os desafios da equipe para reverter a situação da presidenta de uma forma mais clara. Para mais, a presença de manifestações femininas dentro e fora do parlamento, presente em diversos momentos no filme, é o ponto de investigação deste trabalho.

---

<sup>32</sup> A organização honorária, fundada em 1927 nos Estados Unidos, é composta por mais de oito mil cineastas de diversos países. É responsável pelo prêmio anual *Academy Awards*, o Oscar.



Figura 1 - Cartaz de reprodução do documentário O Processo  
Fonte: Reprodução

### 3.1 SOBRE A DIRETORA MARIA AUGUSTA RAMOS

Maria Augusta Ramos nasceu em 1964 no Distrito Federal, Brasília. Aos 22 anos formou-se em Musicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e em 1990, já morando em Paris, na França, mudou-se para Amsterdã, na Holanda, para estudar direção e edição na Academia Holandesa de Cinema e Televisão; seis anos depois lançou seu primeiro longa-metragem “Brasília, um dia em fevereiro” (1996), trabalho que apresentou recursos técnicos e marcas de produção que perduram nas obras da cineasta, como o som e as imagens captados sem acréscimo de informações ou trilhas em meio a ações e ausência de entrevistas.

Nos anos 2000, Maria Augusta Ramos volta-se para a abordagem do sistema judiciário brasileiro, temática que a consagra como documentarista. O premiado filme “Justiça” (2004) dá início à sua trajetória ligada ao Estado Brasileiro. E, mais uma vez, com o documentário “Juízo” (2007) dá continuidade ao tema que retrata as relações entre os cidadãos e o poder público.

Em 2016, a cineasta dá início à produção do documentário “O Processo”, conquistando diversos prêmios, entre eles o *Grand Prix* de Melhor filme no Festival Internacional de Cinema

*Visions du Réel*, o Prêmio Especial do Júri no Festival de Havana, Melhor Filme no Festival Internacional Documentários de Buenos Aires e Prêmio de Público no Festival Indie Lisboa. A produção foi realizada junto a Nofoco Filmes e a coprodução junto a *Autentika Films*, da Alemanha, *Conijn Film*, da Holanda, e Canal Brasil, do Brasil.

A narrativa faz uma imersão aos bastidores do *impeachment* da primeira mulher na história do Brasil a assumir o cargo de Presidente da República, Dilma Rousseff, até o momento de sua destituição. Por escolha da diretora, a defesa de Dilma aparece com maior frequência, o que demonstra o desafio de reverter a acusação que levou a presidenta ao afastamento, embora a oposição não seja ocultada no documentário. O filme aproxima o espectador dos agentes diretamente envolvidos na ação, ligados tanto à defesa quanto à acusação, e faz emergir as dimensões humanas, sociais e políticas do processo.

### 3.2 SOBRE “O PROCESSO”

Lançado em 17 de maio de 2018, após dois anos do afastamento provisório de Dilma da presidência, o documentário traz ao público acontecimentos compreendidos entre os dias 28 de abril de 2016, ocasião em que foram iniciados os trabalhos da Comissão de *Impeachment*, e 31 de agosto de 2016, quando ocorreu a votação para o afastamento definitivo de Dilma pelo plenário. O documentário oferece também um breve contexto das medidas de regressão em relação aos direitos da população brasileira com a chegada de Michel Temer ao Palácio da Alvorada. Além disso, somos introduzidos à rotina dentro do legislativo após a abertura do processo através de diálogos, ações e reações dos agentes envolvidos, sem a presença de entrevistas, sendo esta uma característica marcante dos filmes da diretora Maria Augusta.

Durante as 2 horas e 21 minutos do filme, Maria Augusta Ramos proporciona ao espectador uma imersão aos acontecimentos vividos dentro do meio político, principalmente pelo ponto de vista daqueles que trabalharam na defesa de Dilma, durante os quatro meses entre a aceitação da denúncia do *impeachment* e a destituição da presidenta. A rotina de José Eduardo Cardozo, advogado, Gleisi Hoffmann e Lindbergh Farias é constante no filme. Em entrevista à *Deutsche Welle*, a cineasta justifica que os bastidores da defesa tiveram destaque porque o acesso à oposição foi negado:

*Eu tive acesso a reuniões da liderança da esquerda, da minoria que era contra o impeachment. A oposição não me deu esse acesso. Se tivesse dado, eu certamente teria filmado mais. Mas eu acho que era importante, sim, apresentar o argumento da direita, o argumento pró-impeachment. (RAMOS, 2018)*

Apesar disso, a oposição à Dilma também foi retratada com proximidade. A jurista Janaína Paschoal, denunciante dos crimes de responsabilidade na Câmara, aparece em várias ocasiões demonstrando argumentos e posições acerca da acusação que a mesma realizou na Câmara dos Deputados e que culminou no *impeachment*. Para a diretora do documentário, a presença de Janaína nas filmagens foi essencial, pois, segundo Maria Augusta, “independentemente de você concordar ou discordar dela, teve um papel essencial no impeachment” (RAMOS, 2018).

Com a ausência das entrevistas, percebemos que o conteúdo do filme flui com espontaneidade por parte das pessoas representadas nele. Sem essa escolha da diretora seríamos privados de falas e ações que, naquele período, refletiam a postura dos parlamentares. Janaína Paschoal, por exemplo, é representada conversando com apoiadores, concedendo pequenas entrevistas e até mesmo fazendo alongamentos no plenário. Além da roteirização, pré-produção, escolha das imagens, montagem do filme e finalização se qualificarem como o fio condutor da narrativa e demonstrarem o ponto de vista proposto pela diretora, uma característica de edição que ressalta o contexto do documentário e dá clareza para o espectador do tempo retratado é a presença de planos unicamente textuais ao longo do documentário, como vemos na Figura 2.

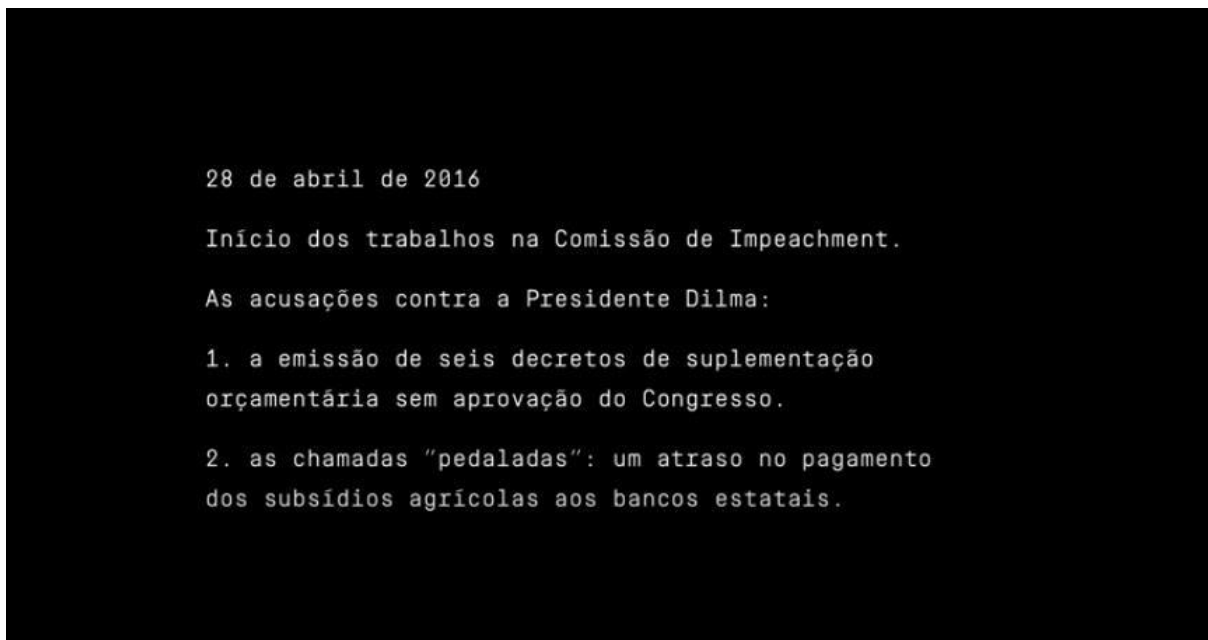


Figura 2 - Planos textuais - O Processo  
Fonte: O Processo (2018)

Outro ponto que deve ser mencionado, e que dá sustentação para a pesquisa realizada nesta monografia, é o ponto de vista do apoio feminino à Dilma Rousseff no *impeachment*. Em 141 minutos de filme, observamos que a imagem das mulheres envolvidas no processo aparecem com frequência. Na acusação com Janaína Paschoal, na defesa com Gleisi Hoffmann,

a própria Dilma em cinco momentos do filme e em manifestações femininas contra o *impeachment* em dois momentos: no ato do dia 19 de abril de 2016, quando centenas de mulheres chegaram ao Palácio do Planalto para entregar rosas à presidenta, e no dia 19 de maio de 2016, no que sucedeu o primeiro afastamento de Dilma da presidência.

Em outra cena aparecem imagens de uma multidão mista, entretanto com a predominância da voz feminina contra o *impeachment* – ambas as imagens antecedem a aparição de Dilma no filme. Por causa do processo de *impeachment* ter ocorrido durante a gestão da única brasileira a assumir o cargo de Presidente da República, fomos provocados a refletir como as mulheres que apoiaram Dilma Rousseff foram retratadas no documentário.

#### 4 MULHERES NA POLÍTICA: O GOVERNO DILMA E O MOVIMENTO FEMINISTA

No presente capítulo, abordamos a trajetória política de Dilma Rousseff ligada à resistência, no período da ditadura civil-militar e ascensão política. Além disso, fazemos o levantamento das principais políticas públicas instauradas no governo Dilma, entre 2011 e 2016, voltadas para demandas femininas e suas relações com o movimento feminista. O capítulo conta também com dados sobre a representação feminina parlamentar e o impacto da inexistência de um ambiente político plural para o avanço de direitos humanos voltados para mulheres.

No que tange ao contexto do *impeachment*, buscamos identificar os principais pontos que possibilitaram a ascensão do movimento feminista como um dos grupos de maior destaque na defesa da Dilma Rousseff e da democracia brasileira. Todas essas questões estão diretamente conectadas com a pergunta norteadora deste trabalho: de que forma o feminino é mostrado no documentário “O Processo”?

Neste estudo, optamos por realizar a análise fílmica do documentário “O Processo”, da diretora Maria Augusta Ramos. Através das lentes impostas pelo objeto de estudo, buscamos compreender como são mostradas no filme as mulheres que apoiaram Dilma no processo de *impeachment* de 2016. A metodologia adotada para análise das imagens é a análise fílmica de Aumont e Marie (2004) que definem como um princípio o desprendimento de um método universal de análise, uma vez que “não existe qualquer método aplicável *igualmente* a todos os filmes, sejam quais forem”; além disso, segundo os autores, todos os métodos descritos por eles “devem sempre especificar-se, e, às vezes, ajustar-se, em função do objeto preciso de que tratam” (AUMONT; MARIE, 2004, p. 31).

Visto isso, adequamo-nos a alguns instrumentos e técnicas de análise propostos pelos autores. Primeiro, para a escolha dos *frames* analisados, realizamos uma imersão ao objeto de estudo, pois “é preciso ver e rever os filmes que se analisa, e é inimaginável um trabalho analítico não fundamentado em pelos menos três visões do filme” (AUMONT; MARIE, 2004, p. 33). Após a realização de uma triagem de imagens, nas quais as mulheres foram protagonistas na narrativa, três momentos evidenciaram a temática: a manifestação feminina que antecede a primeira aparição de Dilma no documentário, aos 17 minutos e 37 segundos de filme, a votação para abertura do *impeachment* na Câmara dos Deputados, que ocorre nos 9 primeiros minutos, e o discurso de Janaína Paschoal, entre os 20 minutos e 28 segundos e 23 minutos e 51 segundos.



Em um segundo momento, o instrumento descritivo da análise fílmica da imagem é empregado levando em conta o contexto e o som aliado à imagem. Esta forma de descrever é um hipótese de leitura, conforme Aumont e Marie (2004):

Muito mais ainda que uma segmentação do filme, a descrição detalhada dos planos que compõem pressupõe uma posição prévia analítica e interpretativa afirmada: não se trata de descrever “objectivamente” [sic] e exaustivamente todos os elementos presentes numa imagem, e a escolha utilizada na descrição resulta sempre, no fim das contas, do exercício de uma hipótese de leitura, explícita ou não. (AUMONT; MARIE, 2004, p. 47)

Além disso, o fotograma, que em nossa análise corresponde ao *frame* do vídeo, desempenha o papel de instrumento citacional. Procuramos, na análise dos *frames*, “tirar partido do aspecto puramente citacional do fotograma, aproveitar a “facilidade” com que ele permite estudar parâmetros formais da imagem” (AUMONT; MARIE, 2004, p. 55). Aqui, no que diz respeito aos parâmetros formais da imagem, nos detemos na composição da imagem em que o “enquadramento é também um significante do ponto de vista da instância narradora e da enunciação” (AUMONT; MARIE, 2004, p. 111).

Como suporte para aspectos da composição, utilizamos os conceitos de Mascelli (2010) que ressalta que a maneira com que as cenas são compostas devem motivar a reação do público de acordo com a intenção da obra. Para um dos pontos da composição, o enquadramento, utilizamos também a obra de Gerbase (2012).

#### 4.1 DILMA ROUSSEFF: VIDA PESSOAL E TRAJETÓRIA POLÍTICA

Natural de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Dilma Vana Rousseff nasceu no dia 14 de dezembro de 1947, filha do imigrante búlgaro naturalizado Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva. Em 1964, ingressou no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, atual Escola Estadual Governador Milton Campos, local onde teve os primeiros contatos com o movimento estudantil e a militância política.

Nos primeiros anos da ditadura civil-militar, Dilma se aproximou do grupo de esquerda Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), criada em 1961, com influência marxista, tendo como objetivo viabilizar um partido revolucionário da classe operária. Ao se conectar com a organização e defender a luta armada contra a ditadura, com cerca de 20 anos, se alinhou ao Comando de Libertação Nacional (Colina)<sup>33</sup>. Na época cursava economia na Universidade Federal de Belo Horizonte.

<sup>33</sup> Organização criada em Minas Gerais a partir da Polop, em 1967, era composta por uma maioria de estudantes universitários mineiros que lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira instalada em 1964.

Em 1969, passou a viver clandestinamente e, por isso, abandonou a faculdade. No mesmo ano, a Colina, organização de Belo Horizonte na qual participava, se fundiu com outra organização oriunda da Polop, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com sede em São Paulo. Juntas, as organizações originaram a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares); Dilma torna-se dirigente da nova organização e muda-se para São Paulo.

Dilma Rousseff foi presa em 16 de janeiro de 1970, em um bar utilizado para encontro clandestino entre militantes contra a ditadura civil-militar, na Rua Augusta, em São Paulo. Na ocasião, havia uma onda de repressão às organizações de esquerda, desencadeada pela Operação Bandeirante (Oban)<sup>34</sup>, e ela foi detida nas dependências da 36ª Delegacia de Polícia, sede da Oban, e no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>35</sup> de São Paulo. Além disso, foi presa e torturada em outros momentos da ditadura nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Como prisioneira, foi torturada com choques e violência física que lhe causaram problemas na arcada dentária e na glândula tireoide.

Após conquistar novamente a liberdade, em 1972, mudou-se para Porto Alegre, onde retomou os estudos, ingressando, em 1974, no Curso de Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dilma reconstruiu sua atuação política no estado, fazendo campanha em favor do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar.

Em 1979, com o fim do bipartidarismo e com a promulgação da Lei da Anistia, militantes de esquerda exilados começaram a retornar ao Brasil. Em 16 de setembro de 1980, Leonel Brizola e seus aliados, entre eles Dilma Rousseff e seu ex-marido Carlos Araújo, fundaram o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Após a redemocratização, a trajetória política de Dilma, ligada ao executivo, se iniciou em 1986, na gestão do ex-prefeito Alceu Collares (PDT), onde foi nomeada como titular da Secretaria de Fazenda de Porto Alegre. Em 1990, quando Alceu Collares assumiu o governo do Rio Grande do Sul, Dilma passou a ocupar o cargo de presidente da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e, posteriormente, em um curto período em 1994, o cargo de Secretária de Energia, Minas e Comunicações. Após um tempo afastada do executivo, retornou à Secretaria em 1998, na gestão de Olívio Dutra (PT). Em 2001 deixou de ser filiada do PDT e passou a integrar o PT.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à presidência da República, em 2003, Dilma foi nomeada como Ministra de Minas e Energia, onde permaneceu até junho de 2005; em junho do mesmo ano passou a ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Ministra da Casa

---

<sup>34</sup> Organização criada em 1969 pelo Regime Militar do Brasil, sua função era centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações de esquerda, sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE), dando maior eficiência à repressão contra esses grupos.

<sup>35</sup> Criado em 1925, foi um órgão histórico de repressão aos movimentos sociais e populares. Antes da criação da OBAN, era o órgão de repressão utilizado pelos militares.

Civil. No segundo mandato de Lula, continuou na pasta da Casa Civil, quando, em 2009, alguns meses após passar por tratamento e se recuperar de um tratamento contra um câncer linfático, o PT oficializou sua candidatura para presidente nas eleições de 2010. Em 2011, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, sendo reeleita em 2014. Durante sua segunda gestão, em 2016, foi destituída através do processo de *impeachment*. No documentário “O Processo”, a própria Dilma sintetiza em seu discurso, no dia em que o processo foi aberto e aprovado pela Câmara dos Deputados, que:

*O destino sempre me reservou muitos desafios. Muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura, a dor aflitiva da doença e agora eu sofro, mais uma vez, a dor igualmente inominável da injustiça.* (O PROCESSO, 2018, 41min01seg - 42min17seg)

Conforme pontuado anteriormente, a trajetória pessoal e política da ex-presidenta foi marcada por desafios, que exigiram dela diferentes níveis de força: pessoal, psicológico e político, no enfrentamento de crises e na postura de uma mulher em ocupar um espaço predominantemente masculino. Ao olharmos para as dores descritas por ela, identificamos sentimentos universais, contudo estas dores marcam o caminho trilhado por uma mulher até chegar ao cargo de Presidente da República.

É importante ressaltar que Dilma Rousseff sempre se posicionou com força diante das adversidades e é símbolo de resistência ao autoritarismo. Em “O Processo”, a presidenta menciona que devido à sua postura reservada durante o *impeachment* foi retratada de maneira contraditória pela mídia e percebeu que dentro do meio político, predominantemente masculino, essa caricatura dela era aceita por parlamentares:

*[...] recentemente, eu numa conversa com um representante parlamentar, fui surpreendida com o seguinte fato: ele me dizer que ele achava que eu era uma pessoa fria, calculista e insensível porque eu não renunciei [...]. Porque é essa versão que a mídia deu, ela se incorporou. Mas a mídia deu outra também, que é muito contraditória quando se trata de nós mulheres, é que eu estava desequilibrada. Estava desequilibrada, tomando remédio de tarja preta. Não tomo remédio de tarja preta e não estou desequilibrada. Então, eles não acertam também a versão. Porque a versão oscila, né. De um lado, ou você é fria e insensível porque não renuncia, não chora e não se fragiliza, ou você está com um ataque de nervos.* (O PROCESSO, 2018, 54min25seg - 55min35seg)

No período decorrido do processo de *impeachment*, percebemos que a imagem de Dilma, perante a sociedade formada pela mídia e pela opinião pública, excedia as ações relacionadas à gestão governamental, adentrando o campo de sua vida privada. Esse retrato foi construído desde o primeiro mandato da presidenta, e características que seriam consideradas positivas em uma figura masculina foram usadas negativamente na construção da imagem

política de Dilma. Além disso, o fato de ser considerada como uma pessoa severa, descontrolada e incompetente serviu para consolidar uma perspectiva negativa das suas gestões (GRATON; GUZINA, 2017). Através discurso de Janaína Paschoal, já mencionado no primeiro capítulo desta monografia, reforçamos a percepção contraditória adquirida pelo *impeachment* e aqui, através da teoria unida aos indícios discursivos presentes no documentário *O Processo*, percebemos que pela visão da oposição, Dilma “não estaria, portanto, apta para exercer o cargo de presidente da república não porque tenha cometido erros enquanto gestora, mas sim porque psicologicamente ela não estaria preparada para lidar com as pressões do cargo e os problemas do governo” (GRATON; GUZINA, 2017, p.5).

A partir disso, destacamos um indicativo que será aprofundado ao longo deste trabalho. Por priorizar o avanço nas questões da desigualdade entre homens e mulheres, nos diversos setores sociais, e como tal questão se materializa na sociedade, ao pensarmos sobre suas duas gestões no Executivo, percebemos que Dilma buscou viabilizar e evidenciar a importância da mulher na sociedade brasileira.

#### 4.2 O GOVERNO DILMA DE 2011 A 2016: POSICIONAMENTO EM DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Em seu discurso<sup>36</sup> de posse presidencial, no dia 1º de janeiro de 2011, Dilma destacou o significado da representação feminina no cargo de presidente e demonstrou o posicionamento do governo, que pretendeu priorizar a assistência às mulheres:

*Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos.* (ROUSSEFF, 2011)

Na mesma ocasião, Dilma reiterou o projeto de continuidade às ações do governo anterior, também petista, de Luiz Inácio Lula da Silva. De fato, o governo iniciado em 2011 deu continuidade ao que vinha sendo feito desde a chegada de Lula ao poder, em 2002. Programas como o “Bolsa Família”<sup>37</sup> e “Minha Casa, Minha Vida”<sup>38</sup> foram mantidos na nova

<sup>36</sup> Discurso de posse de Dilma Rouseff. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>

<sup>37</sup> Criado em 2003, é um programa federal de transferência direta de renda direcionado a 13,9 milhões de famílias brasileiras em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

<sup>38</sup> O Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado pelo Governo Federal em 2009 com o objetivo de proporcionar ao cidadão brasileiro condições de acesso à moradia própria. Para isso, o governo fornece

gestão petista, contudo a narrativa de Dilma em torno desses programas foi, muitas vezes, direcionada às necessidades femininas, como a mesma já havia afirmado que faria. Em discurso no Dia Internacional da Mulher, em 2014<sup>39</sup>, Dilma reforçou que:

*[...] o Brasil também se destaca, no mundo, no apoio às mulheres socialmente vulneráveis. Este é um segmento que meu governo vê com especial atenção, pois quanto mais pobre a família, mais a mulher tem um papel central na estruturação do núcleo familiar. Por isso, 93% dos cartões do Bolsa Família têm a mulher como titular, e das 1 milhão e 600 mil casas já entregues pelo Minha Casa, Minha Vida, 52% estão no nome de mulheres. (ROUSSEFF, 2014)*

É inegável a importância destes programas sociais para a vida da população com maior vulnerabilidade social no Brasil e para grupos historicamente deixados à margem da sociedade. No entanto, segundo Tenório (2017), ao analisar parte do discurso de Dilma, é possível inferir que a respeito da mulher na sociedade brasileira, há reforço nos “papéis sociais tradicionais femininos, com a responsabilização da mulher pelo cumprimento das condicionalidades, cuidado com as crianças e responsável pela proteção estruturada da prole” (TENÓRIO, 2017, p. 65). Assim, o papel da mulher não é descrito de modo que esteja sendo reconfigurado, com ganho de autonomia individual, mas sim ocupando um papel estático de responsabilidade sobre a família, desta vez abarcado por políticas públicas. Graton e Guazina (2017) observam que essa situação, em parte, está ligada à concepção de homem e de mulher na sociedade:

*[...] tanto a inclusão quanto a exclusão das mulheres na política estão associadas às suas diferenças em relação aos homens e ao padrão de características imposto pela feminilidade. Não é raro, por exemplo, encontrar mulheres que, ao entrar no âmbito político, se focam em pautas consideradas “femininas”, ou seja, aquelas relacionadas à educação, à maternidade e à casa. (GRATON; GUAZINA, 2017, p. 4)*

Portanto, como primeira mulher a assumir o cargo, observamos que os esforços de Dilma foram voltados para tais demandas, mas não com emancipação o suficiente para evitar que fossem reproduzidas através do contexto social predominantemente machista. Outros avanços em prol das mulheres ocorreram a partir da continuidade das ações desencadeadas pela Lei Maria da Penha<sup>40</sup>, de 2006, também sancionada durante o governo Lula. Contudo, apesar

---

condições especiais de financiamento, através de parcerias com estados federativos, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

<sup>39</sup> Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>

<sup>40</sup> Lei Maria da Penha: Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do [§ 8º do art. 226 da Constituição Federal](#), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de

da existência da lei, segundo o Mapa da Violência de 2012, entre 2001 e 2011, “o índice de homicídio de mulheres aumentou 17,2%” (WEILER; HAUSER; BELIBIO, 2015, p. 2). Neste contexto, em 2013, foi concebido o “Programa Mulher, Viver sem Violência”<sup>41</sup>, com a finalidade de atender com maior agilidade e estrutura as demandas de mulheres vulneráveis a violências.

Durante a campanha de reeleição nas eleições de 2014, Dilma reafirmou que “permaneceria tendo compromisso com as políticas sociais direcionadas para as mulheres, requisitando que estas fossem sua base eleitoral” (TENÓRIO, 2017, p. 62). Com a permanência no governo após as eleições de 2014, a presidenta já havia sinalizado a continuação de políticas voltadas diretamente para as mulheres na sociedade. Logo no início do segundo governo, outras evoluções focadas na população feminina foram aprovadas. Em março de 2015, foi sancionada a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15), que passou a considerar assassinatos que envolvem violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação de mulheres pela questão de gênero. Em junho de 2015, foi aprovada a “PEC das Domésticas”, garantindo a ampliação de direitos das empregadas domésticas, como: auxílio-creche, seguro-desemprego e salário-família. Para Telles (2018), essas duas políticas configuram no maior avanço à causa feminina durante o governo Dilma.

No que tange a políticas públicas para mulheres, nesses dois governos da presidenta, a literatura indica que dois momentos foram cruciais no que tange à articulação com o poder estatal – nestes casos, mais diretamente com o poder legislativo. São eles a questão da regularização do trabalho doméstico e a lei acerca do crime de atentado contra a vida das mulheres, chamado de feminicídio. (TELLES, 2018, p. 92)

No entanto, Menezes (2017, p. 16) destaca que:

[...] as políticas implementadas pela presidenta, em especial a PEC das Domésticas, destinada aos profissionais, em maior parte mulheres, que trabalham com tarefas domiciliares e a Lei do Feminicídio, que se refere à violência contra a mulher, apesar de ambas serem consideradas, ainda que de forma tímida, como importantes no que diz respeito ao avanço de conscientização e garantia de direitos, não foram capazes de modificar a construção social e histórica do feminino e do masculino na sociedade

Ressaltamos que o Executivo é apenas uma parte do Estado e que este não tem concentração de poder o suficiente para alavancar determinados requerimentos da sociedade, se não houver alianças dentro de outros setores políticos como no Legislativo. Ao observarmos atentamente os pontos que dizem respeito às pautas estritamente femininas durante o período

---

assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)

<sup>41</sup> Programa ‘Mulher, Viver sem Violência’. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>

em que Dilma ocupava a presidência, identificamos ainda mais tentativas de retrocessos para o grupo. Ao passo que a demanda de esforços foi sendo voltada para mulheres através de políticas públicas pensadas pelo governo federal, na Câmara dos Deputados existiam movimentos contrários. Em 2013, por exemplo, o deputado Eduardo Cunha apresentou o Projeto de Lei 5069<sup>42</sup>, que tratava do zelo para vítimas de abuso sexual. O texto dificultava o aborto legal em caso de estupro e o acesso à pílula do dia seguinte. Quando aprovado o projeto, em 2015, Hollanda (2018) evidenciou que:

Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do Projeto de Lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo o objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo “Fora, Cunha!”, no dia 13 de novembro. (HOLLANDA, 2018, p. 23)

Aqui podemos identificar um indício de que, além de se estabelecerem como base de resistência e apoio ao *impeachment* de Dilma, antes do início do processo as mulheres já faziam oposição à agenda política de Eduardo Cunha. A pauta do aborto, para o movimento feminista é de suma importância, pois trata-se, principalmente do direito e autonomia das mulheres sobre seus corpos. Para Miguel e Biroli (2014), a falta de abertura para o debate sobre o tema na sociedade pode ser vista com uma das ferramentas opressão do Estado sobre essas pessoas:

Um dos âmbitos da luta e das teorias feministas em que o aborto é um tópico central é o dos direitos reprodutivos ou da autonomia reprodutiva. Ele compreende o acesso a informações e recursos que permitem à mulher o controle sobre sua vida reprodutiva. A maternidade vem sendo, ao mesmo tempo, um aspecto importante da vida e da identidade de muitas mulheres e fonte do controle e da opressão por parte do Estado e dos homens que lhes são próximos. Anticoncepcionais e aborto são necessários para que a maternidade não seja compulsória. O direito ao aborto, especialmente, confronta a idealização da maternidade, que é um modo de representação de um papel compulsório como se fosse tendência natural e desejo comum de todas as mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 123)

Diante disso, percebemos, no tema do aborto, um ponto importante em que Dilma Rousseff não conseguiu evoluir em sua gestão, contudo os maiores retrocessos vieram de meios políticos externos ao Executivo. O movimento de Cunha para a retirada dos direitos das mulheres se deu no período da pré-abertura do *impeachment*, em dezembro do mesmo ano, e, visto isso, eclodiram como as principais vozes contra a destituição de Dilma Rousseff durante o período do processo de *impeachment*, também aberto por Eduardo Cunha. Para Menezes

---

<sup>42</sup> PL 5069/2013. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_pareceres\\_substitutivos\\_votos;jsessionid=34EECA1B9ED8FB A4F7FAD34C9727FECA.proposicoesWeb1?idProposicao=565882](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_pareceres_substitutivos_votos;jsessionid=34EECA1B9ED8FB A4F7FAD34C9727FECA.proposicoesWeb1?idProposicao=565882)

(2017), o apoio feminino à presidenta foi além da simbologia da destituição de uma mulher, se configurando como uma resistência ao retrocesso imposto por Michel Temer e aliados:

Embora o governo de Rousseff não tenha conseguido solucionar os diversos problemas da sociedade brasileira, que prejudica a geração de maior simetria entre homens e mulheres, o impeachment da presidenta no primeiro semestre de 2016 tem mostrado que tais pequenas conquistas podem sofrer um retrocesso, tendo em vista que o atual presidente, Michel Temer, não se preocupa em escolher mulheres para assumir cargos nos Ministérios e propõe reformas que podem gerar mais desigualdade de gênero no país. (MENEZES, 2017, p. 19)

Antes da ameaça do *impeachment*, o movimento feminista já mostrava a força de seu posicionamento de repúdio aos retrocessos e violência de gênero no Brasil. Acredita-se que a partir do início da segunda década do século XXI, iniciou-se uma nova onda feminista, principalmente a partir dos protestos de 2013, em todo o país. Para Hollanda (2018), o estado de fervor dos manifestantes perdurou, desdobrando-se em outras demandas. Nesse contexto, “o feminismo ganhou terreno e se tornou o maior representante da continuidade da nova geração política”, uma vez que “as mulheres conquistaram o primeiro plano e roubaram a cena da resistência ao cenário conservador que ameaça o país” (HOLLANDA, 2018, p. 24). Sendo assim, o processo de *impeachment* assumiu, para esse grupo social, “uma perspectiva de gênero, não apenas por conta de ter acontecido com a primeira mulher eleita presidenta, como pelos discursos ofensivos que foram aparecendo na mídia e entre os integrantes da máquina pública sobre a sua figura” (TELLES, 2018, p.66).

No documentário “O Processo”, percebemos que, durante o período pré-*impeachment*, são exatamente as vozes e a presença de mulheres que ecoam em oposição à destituição de Dilma Rousseff. No filme, a presidenta aparece cinco vezes e sua primeira aparição é marcada justamente por uma manifestação de mulheres em frente ao Palácio da Alvorada, que ocorreu na mesma semana da aprovação da abertura do processo, em maio de 2016, episódio também presente na narrativa. Cabe aqui ressaltar que das cinco vezes em que Dilma aparece no documentário são imagens de três manifestações que antecedem sua aparição, em duas delas são imagens de multidões mistas, mas, ao entoarem canções de resistência, observamos a predominância das vozes femininas.

Os *frames* analisados aqui compõem a cena<sup>43</sup> em que Dilma Rousseff aparece pela primeira vez no filme e ocorrem entre os 17 minutos e 37 segundos e 18 minutos e 55 segundos. As imagens da manifestação surgem após o início das atividades da Comissão do *Impeachment* no filme.

---

<sup>43</sup> Segundo Gerbase (2012, p. 94), “cena é o conjunto de planos que acontecem no mesmo lugar”.





Figura 3 - Manifestação na abertura do processo de impeachment  
Fonte: O Processo (2018)

O primeiro *frame* captado para esta análise, ilustrado na Figura 3, compõe um plano<sup>44</sup> de 10 segundos. No que diz respeito ao enquadramento da imagem, percebemos que a distância da câmera e o objeto se configura como um Plano Geral<sup>45</sup>, uma vez que a imagem oferece uma noção acerca da multidão em frente ao Palácio do Planalto.

A imagem está composta por um equilíbrio informal, que, segundo Mascelli (2010), ocorre quando ambos os lados de uma composição são assimétricos ou diferentes em atração. No *frame*, vemos, na parte superior, a multidão, e, na parte inferior, o concreto e a água. Esta oposição de elementos multidão/vazio acaba dando à figura ou objeto o domínio e, neste caso, atribui à multidão o centro de interesse da imagem. O reflexo que vemos na água faz com que a manifestação também esteja presente na parte inferior e obtendo predominância no plano. Além disso, pela distância estabelecida entre o objeto e a câmera, não temos clareza de quem são as pessoas presentes ali, entretanto o som da cena revela vozes predominantemente femininas que entoam a canção: “Manifestantes: Olê, olê, olê, olá! Dilma! Dilma! Olê, olê, olê, olá! Dilma! Dilma!”.

Algumas mulheres estão com as mãos levantadas e segurando flores, com destaque para rosas amarelas no meio do plano. A cena, gravada em um ambiente noturno, evidencia as roupas claras que se transformam em pontos de destaque na imagem.

<sup>44</sup> Neste caso, consideramos como plano “tudo que está entre dois cortes” (GERBASE, 2012, p. 94) na cena.

<sup>45</sup> “O Plano Geral possui um ângulo aberto, onde a figura humana ocupa um espaço reduzido. Este tipo de plano é utilizado para exteriores ou interiores de grandes proporções” (GERBASE, 2012, p. 98).



Figura 4 - Plano Conjunto e Contra-Plongée  
Fonte: O Processo (2018)

O *frame* seguinte, representado na Figura 4, tem a duração de 15 segundos. Nesta parte da cena, Dilma Rousseff aparece pela primeira vez no documentário. Pelo ponto de vista da câmera, vemos a presidenta através de uma das janelas do Palácio. Neste caso, vemos um Plano Conjunto<sup>46</sup>, pois a imagem revela parte significativa do ambiente e é possível reconhecer as pessoas que estão próximas à câmera. É também *Contra-Plongée*<sup>47</sup>, pois está direcionada em uma perspectiva de baixo para cima. Através desta escolha de enquadramento, notamos que na imagem Dilma está em uma posição de poder, sensação ocasionada por estar em *Contra-Plongée*. Além disso, o Plano Conjunto aproxima o espectador da imagem da presidenta, mas ainda percebemos uma distância imposta e potencializada pela câmera estar posicionada do lado de fora do Planalto.

Percebemos, também, que Dilma aparece pela primeira vez de maneira comedida em um ambiente pouco iluminado. Essa discrição é uma característica da postura da presidenta em sua atuação e esta imagem do filme pode indicar seu perfil reservado e discreto. Sobre a composição da imagem, as linhas horizontais direcionam o olhar para o lado direito onde Dilma aparece. Como são levemente inclinadas para o canto inferior do plano que está preenchido, temos a sensação de que a imagem está “caindo”. Segundo Mascelli (2010), quando uma figura está distante do meio do quadro exerce maior peso na gangorra da imagem. A presença de uma

<sup>46</sup> Conforme Gerbase (2012), o Plano Conjunto se caracteriza por conter um ângulo visual aberto e revelar parte significativa do cenário, além da figura humana ocupar um espaço relativamente maior na tela e ser possível reconhecê-lo.

<sup>47</sup> “Também chamada de ‘câmera baixa’, a *Contra-Plongée* está abaixo do nível dos olhos e voltada para cima” (GERBASE, 2012, p. 103).

Panorâmica, ou seja, “um movimento no eixo da câmera para a direita (GERBASE, 2012, p. 110), neste plano, “reforça o movimento para o lado direito”. A janela serve como uma moldura para a chegada de Dilma e, “como elemento visual em primeiro plano, prende os olhos do espectador à ação retratada” (MASCELLI, 2010, p. 269).

Ainda, sobre esta parte da cena, no decorrer, vemos a presidenta vai até a janela, observa a manifestação e logo vira de costas, deixando o local e desaparecendo entre as pessoas que estavam junto dela naquele ambiente. Aqui, o som continua vindo da manifestação, que de cânticos se transformam em gritos de euforia, sinalizando a reação das mulheres ao verem Dilma na janela. Quando a presidenta deixa a janela, podemos ouvir uma nova canção entoada pela multidão: “Manifestantes: Dilma, guerreira, da pátria brasileira! Dilma, guerreira, da pátria brasileira!”.



Figura 5 - Manifestação - Plano Conjunto - predominância feminina  
Fonte: O Processo (2018)

Ainda entoando a canção descrita acima, no terceiro *frame* que analisamos aqui, representado pela Figura 5 e com duração de 7 segundos no documentário, podemos ver a mesma manifestação que abre a cena com mais detalhes. Aqui, percebemos claramente a predominância feminina, com poucos homens na multidão em um Plano Conjunto. Agora, os pontos de destaque que compõem o quadro são, principalmente, as rosas brancas e os braços levantados. Identificamos nas flores um forte símbolo nesta manifestação, sendo estas rosas amarelas, brancas e vermelhas. A rosa é uma flor que possui grande relação com o feminino e, mais que um símbolo romântico, representa o amor e a admiração. Sobre as rosas brancas predominantes na imagem, transmitem ainda a sensação de paz e a inocência. Diferente da

primeira imagem de manifestação analisada, aqui a manifestação ocupa a parte inferior do quadro e preenche a imagem diretamente.



Figura 6 - Manifestação - Plano Médio  
Fonte: O Processo (2018)

Antes da chegada de Dilma até a manifestação na cena, como mostra a Figura 6, a manifestação é vista por outro ângulo em um plano de 6 segundos. Desta vez, com a ausência de flores, o destaque se direciona ao cartaz que remete à imagem de Dilma no período em que a mesma resistia à ditadura civil-militar, na sua juventude. A imagem está enquadrada em um Plano Médio, uma vez que “ocupa uma parte considerável do ambiente, mas ainda tem espaço à sua volta” (GERBASE, 2012, p. 96). Na composição do quadro, percebemos que o cartaz está alinhado à esquerda e se sobressai às pessoas, desse modo se torna o centro de interesse do plano. Por se tratar de uma ilustração, sintetiza a imagem de Dilma de uma maneira gráfica, diferindo a figura ainda mais de outros elementos presentes no *frame*. Com isso, podemos inferir, com a presença deste cartaz, que há uma consciência deste grupo de apoio em relação à resistência de Dilma Rousseff contra o autoritarismo, estando cientes da força de Dilma para enfrentar os retrocessos da ditadura e as torturas às quais foi submetida. Durante esta parte do filme, passamos a ouvir outro cântico: “Manifestação: Dilma, querida você fica! Dilma, querida você fica!”.

Aqui, é importante realçar que o apelido de “querida” era usado no período de *impeachment* de maneira pejorativa pela oposição da presidenta, inclusive presente em vários símbolos que aparecem no filme, vemos tanto em manifestações pró-*impeachment* como dentro do parlamento. O “tchau, querida” no filme é bastante utilizado por políticos de oposição, que



estampam a frase em cartazes para se referir à presidenta. Outro aspecto importante no que diz respeito ao apelido “querida” é que ele surgiu após uma ligação entre Dilma e Lula, divulgada após uma quebra de sigilo<sup>48</sup>, onde o ex-presidente se despede dela dessa maneira.



Figura 7 - Manifestação - Primeiro Plano ou Close  
Fonte: O Processo (2018)

O último *frame* analisado compõe os momentos finais da cena, representado pela Figura 7. A interação de Dilma com a manifestação tem 26 segundos de duração no filme. Aqui, “entre a câmera e o objeto se configura um Primeiro Plano, ou *Close*, onde a figura humana é enquadrada do peito para cima” (GERBASE, 2012, p. 100); ainda, a imagem foi feita de perfil. Neste plano, percebemos uma ligação afetiva forte de Dilma Rousseff com suas apoiadoras, que a recebem com as mãos estendidas e são correspondidas. Na composição da imagem, vemos que os braços formam linhas diagonais paralelas, que, segundo Mascelli (2010, p. 232), “são um indicativo de ação e energia”; neste caso, isso ocorre pela euforia das manifestantes ao buscarem abraçar a presidenta. Além disso, as mulheres da manifestação ocupam o lado esquerdo do quadro na mesma proporção em que Dilma ocupa o lado direito: “essa composição se qualifica com um equilíbrio formal, ou seja, simétrico e sugere a igualdade na cena” (MASCELLI, 2010, p. 242).

Mais duas questões emergem na Figura 7: o fortalecimento de Dilma quando conectada às mulheres e sua relação com as mesmas. Diferentemente da percepção de Dilma como uma

<sup>48</sup> Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>

mulher fria, calculista e insensível, vista dentro do meio parlamentar e retratada pela mídia, ao se encontrar com esse grupo, a característica afetiva e acolhedora da presidenta é evidenciada.

Compreendemos que o ponto de vista apresentado pelo filme nesta ocasião está alinhado com a perspectiva dos fatos que já foram vistos neste trabalho, principalmente o de que as mulheres que apoiaram Dilma em manifestações assumiram um caráter de resistência em relação ao processo de *impeachment*. Os símbolos utilizados por elas também demonstram a consciência e memória acerca do autoritarismo vivido no período da ditadura civil-militar, fazendo uso de um cartaz que demonstra a simbologia de força adquirida por Dilma frente às forças totalitárias que assolavam o país, tanto naquele período quanto no *impeachment*.

Outra questão que podemos inferir é que o documentário também demonstra a consciência da fragilidade da gestão em torno de temas caros para o movimento das mulheres. Além disso, que o apoio destas partia de uma resistência à ameaça de uma agenda conservadora proposta pelo governo sucessor de Michel Temer, sendo aliado e do mesmo partido de Eduardo Cunha. Em fala no documentário a senadora Gleisi Hoffmann, integrante da linha de frente da defesa de Dilma dentro do Senado, destaca essas questões:

*O pessoal que foi às ruas em 2013 que tá continuando indo às ruas, não tá porque tá defendendo nosso governo agora, tá o seguinte: tá se contrapondo a um outro movimento que é a resistência do establishment, do conservadorismo. É isso que tá acontecendo. Então, quando vai a juventude para a rua, não é uma juventude que nós lideramos. Até pega a bandeira da Dilma porque é uma bandeira que agora tá agregando, né, de resistência. Mas não é, nós não temos entrada nesse movimento. Como no das mulheres também, nós não temos. A Dilma, por mais que tenha essa representação, ela não é a liderança dessas mulheres. Até porque não foi isso no governo dela e nós tivemos um governo com perfil muito conservador em algumas lutas, né. O que foi muito ruim. Então, assim, acho que a gente tinha que compreender um pouco esse movimento, que é um movimento de resistência a uma ofensiva conservadora na sociedade e a gente não ficar separado disso aqui, fazendo uma resistência só do impeachment. [...] Assim, vamos falar sério aqui entre nós, se a gente voltar não tem condições de governar, gente. Não tem condição de governar. Ela não tem apoio aqui. Não tem condição, não tem estrutura de governo, é isso. Então, assim, tem que ter uma saída que a gente converse com a população. Então, o plebiscito eu acho que é bom, mas se nós não tivermos clareza do que que tá em risco, a gente não assumir junto com a sociedade civil essas bandeiras, a gente vai perder o processo. Nós vamos ficar à deriva. (O PROCESSO, 2018, 1h01min54 - 1h03min31)*

Fica evidente no relato de Gleisi a ingovernabilidade posta à Dilma por não encontrar alianças dentro do Legislativo, pois ao passo que as mulheres conquistam espaço com Dilma na presidência, forças contrárias se mobilizaram para retirada de direitos das mulheres. Schwarcz (2019) identifica a misoginia dentro do meio político:

Quanto mais as mulheres vão conseguindo impor sua independência e autonomia, tanto maior tem sido a reação masculina e as demonstrações de misoginia. Enquanto

isso, o domínio dos homens na cena pública é indiscutível. Um bom exemplo é a escassa presença de mulheres na vida política. (SCHWARCZ, 2019, p. 154)

Além das barreiras que impedem as mulheres de atuarem no meio político, também percebemos os impactos desta realidade – um país com baixa representatividade feminina parlamentar também prejudica a atuação de uma mulher ocupando a Presidência da República.

#### 4.3 MULHERES NO PARLAMENTO BRASILEIRO

Além da eleição de uma mulher para o cargo de presidente, é preciso haver representatividade dentro do meio político e em cargos de alto escalão do governo para viabilizar pautas sensíveis às mulheres. Ainda que de maneira comedida, entre todos os presidentes eleitos no Brasil, Dilma foi a gestora que mais se aproximou da construção de um ambiente diversificado dentro do Executivo, como destaca Telles (2018):

O Governo Dilma foi um marco histórico de representação política, pela grande nomeação de mulheres no alto escalão do governo. Argumentamos sobre o fato de que mulheres compondo o quadro de funcionários do estado cria uma estrutura de oportunidade política, para que os movimentos de mulheres e feministas consigam não apenas pautar suas reivindicações, mas transformá-las em políticas públicas e demais ações estatais. (TELLES, 2018, p. 109)

No governo Lula já se observava o aumento de mulheres integrando o Poder Executivo, com repetição de algumas nomeadas para posições distintas – 15 cargos foram ocupados por mulheres nos dois mandatos do ex-presidente. (GITIRANA; KREUZ, 2020). Percebemos, mais uma vez, o projeto de continuidade política desenvolvido por Dilma em relação ao antecessor, posto que entre 2011 e 2016, 22 pastas passaram a ser comandadas por mulheres, também com repetições. Neste caso, o avanço fica evidente, uma vez que, considerando a repetição de nomeadas, “em 34 anos de vida democrática o Brasil fez apenas 45 nomeações de mulheres para ministérios e secretarias com status de ministérios” (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 253). As autoras ainda ressaltam que:

Apenas 32 mulheres conseguiram compor o quadro do alto escalão da alta cúpula política brasileira que estrutura parte do Poder Executivo. É interessante destacar Benedita Sousa da Silva, Luislinda Dias Valois Santos, Luiza Helena Barros, Maria Osmarina Silva de Sousa (Marina Silva), Matilde Ribeiro e Nilma Lino Gomes. Vale mencionar que cinco foram indicadas nos governos do PT (Lula e Dilma Rousseff) e uma no governo de Michel Temer, do PMDB. (GITIRANA; KREUZ, 2020, p. 253-254)

Como observamos, durante seu governo, Dilma direcionou investimentos em diversas ações para políticas sociais pensando nas demandas femininas, possibilitando, assim, avanços

para esta parcela populacional. Dessa forma, a presença de mulheres no alto escalão contribuiu para a mobilização em torno de questões que antes estavam em segundo plano, mesmo que algumas não tenham sido pautadas. A resistência ao *impeachment* por parte das mulheres se mostrou prudente acerca dos retrocessos e ameaças impostas pela destituição de Dilma, visto que no governo de Michel Temer, após o *impeachment*, apenas uma mulher passou a compor o Executivo.

Ações que reduzem a participação política feminina, como a observada no período do governo de Temer, comprometem o exercício de uma democracia plena. Apesar da conquista de direitos em diversos setores, a atuação feminina no campo da política ainda é inconstante e limitada e difere da taxa de crescimento em outros setores, como no mercado de trabalho. Para Rubin e Argolo (2018), a discrepância também está conectada com a dificuldade de ascender, dentro do meio político, lideranças femininas:

Na história política brasileira, a presença feminina é, portanto, descontínua, com altos e baixos, diferentemente do número sempre crescente da participação da mulher na força de trabalho em geral. Os movimentos feministas, que vêm conseguindo dar institucionalidade e governabilidade a uma agenda de políticas públicas para as mulheres, não têm obtido êxito em atrair um contingente mais expressivo de lideranças femininas para os poderes legislativos municipais, estaduais e federal. Enfim, embora com proventos desiguais relativamente aos do homem nas mesmas funções, não se pode negar que a mulher conquistou novos espaços sociais, ocupando lideranças em áreas tecnológicas, acadêmicas, artísticas, de gestão de negócios, entre tantas outras que até bem pouco tempo eram hegemônicas do público masculino. (RUBIN; ARGOLO, 2018, p. 60-61)

Essa descontinuidade da ocupação de mulheres dentro dos poderes ainda pode ser observada em dados: segundo o Tribunal Superior Eleitoral<sup>49</sup> (TSE), em 2020 as mulheres representaram 52,49% das pessoas aptas a votar, sendo 7.421.112 a mais que os homens, que representaram 47,48%. Nos partidos políticos, de 16.878.090 pessoas com filiação partidária<sup>50</sup>, 7.474.320, quase metade, são do sexo feminino. Ainda assim, em 2021, considerando a representação parlamentar, as mulheres somam somente 15%, sendo o Brasil classificado, entre 196 países, no 142º lugar no *ranking* da *Inter-Parliamentary Union*<sup>51</sup>, que estuda a presença feminina nos parlamentos. Segundo pesquisa realizada pelo Projeto Mulheres Inspiradoras<sup>52</sup> (PMI), de 2018, de 186 países analisados, o Brasil ocupa a 161ª posição no *Ranking* de Presença

<sup>49</sup> TSE divulga perfil do eleitorado brasileiro: 147,9 milhões estão aptos a votar em 2020:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2020/noticia/2020/08/05/tse-divulga-perfil-do-eleitorado-brasileiro-quase-150-milhoes-estao-aptos-a-votar-em-2020.ghtml>

<sup>50</sup> Estatística do TSE traz panorama da filiação partidária no Brasil. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Junho/estatistica-do-tse-traz-panorama-da-filiacao-partidaria-no-brasil>

<sup>51</sup> *Women in Politics*: 2021. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-politics-2021>

<sup>52</sup> Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/brasil-ocupa-161deg-lugar-em-ranking-da-presenca-das-mulheres-no-poder>



Feminina no Poder Executivo. Para Schwarcz (2019), esta realidade está alinhada com uma prática já consolidada de exclusão no Brasil:

Na prática, o mundo da política corrobora o que a realidade do dia a dia demonstra: ele é feito de uma atitude, antiga e consolidada entre nós, de buscar tornar inexpressiva, quando não quase inexistente, a presença de mulheres nas principais instituições do país. E, quando isso não ocorre, o sentimento de perda de privilégios pode dar vazão não só à violência física, mas também à violência simbólica e moral. (SCHWARCZ, 2019, p. 154)

Conectando com a questão da reação negativa da sociedade no ganho de autonomia feminina na política, mesmo com a eleição e reeleição de Dilma Rousseff, consolidando a conquista dos avanços de representatividade no Poder Executivo, em 2014 a representação feminina no parlamento era ainda menor. Neste período que antecedeu também a abertura do processo de *impeachment*, Fonseca e Fachin (2020) ressaltam o cenário desfavorável:

Quando se analisa as mulheres eleitas em âmbito estadual e nacional, o quadro ainda é mais desolador. São apenas 51 deputadas federais eleitas em 2014, ou seja, apenas 9,94% dos membros da Câmara dos Deputados; quanto aos deputados estaduais, as mulheres ocupam apenas 11,23% das cadeiras, somados neste índice todos os membros das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital. (FONSECA; FACHIN, 2020, p. 13)

Diante dessa realidade, percebemos outro impedimento que se sobressai ao reconhecimento do período do governo Dilma como um momento político marcado expressivamente pela conquista de direitos das mulheres: a eleição de lideranças femininas dentro do Legislativo e a diversidade dentro deste ambiente é tão importante quanto o cargo presidencial. Como vimos, no período em que Dilma esteve no poder, a participação política feminina em outros ambientes era limitada e, por não encontrar alianças que estivessem dispostas a priorizar as mesmas demandas, a adesão das pautas era, muitas vezes, barrada.

Contudo, não é possível afirmar que a identificação feminina se dá apenas pela presença de mulheres no poder, dado que durante as votações para a aceitação do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, mesmo com amplo questionamento acerca dos crimes de responsabilidade cometidos por Dilma, das 51 deputadas eleitas, 29 votaram a favor da abertura do processo. Entretanto, ressaltamos, também, que se fosse levada em conta apenas a participação feminina, o processo não contaria com dois terços de aprovação necessários e, portanto, não seria admitido pelo plenário<sup>53</sup>.

<sup>53</sup> Entre deputadas, o voto pelo *impeachment* não chegou a dois terços. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-04/entre-deputadas-pedido-de-impeachment-nao-obtem-minimo-de-votos-necessarios>

Além das cenas em que vemos a presença das mulheres como resistência em manifestações no documentário “O Processo”, percebemos ainda que as parlamentares ganham destaque na defesa da presidenta. Nos primeiros nove minutos de filme, somos introduzidos ao processo de abertura do *impeachment* na Câmara dos Deputados. Antes do início da votação, no filme, do lado de fora do plenário, surgem imagens de manifestações polarizadas, nas quais os apoiadores de Dilma entoam cânticos como “não vai ter golpe, vai ter luta”. Já os manifestantes pró-*impeachment* pedem por “fora, Dilma” e cantam “pula, sai do chão, quem quer Lula na prisão”. Para esta última canção, mais uma vez, identificamos o repúdio ao governo Dilma conectado ao ex-presidente Lula. Sobre os símbolos utilizados por cada grupo, enquanto as bandeiras do Brasil são utilizadas por poucos apoiadores de Dilma, que, em sua maioria, estão de vermelho, a oposição utiliza as cores e bandeiras do país, além da camiseta da seleção brasileira, majoritariamente.



Figura 8 - Imagem da Câmara dos Deputados - Plano Aberto  
Fonte: O Processo (2018)

Dentro da Câmara o clima é caótico, com um tumulto causado pelos deputados discutindo aos gritos; faixas estão erguidas no plano, incluindo uma que pede pela destituição de Cunha. As imagens feitas dentro do plenário foram captadas ao vivo pela TV Câmara e utilizadas no documentário com a marca d’água do veículo, como ilustramos na Figura 8. Neste *frame*, a imagem se configura com um Plano Aberto, uma vez que a câmera está distante dos objetos e procura ambientar a ação dentro da Câmara. Percebemos também a presença da imprensa em um mezanino que desempenha um papel de moldura na parte inferior do quadro. A superlotação de pessoas no quadro ainda proporciona uma sensação de tensão.

No documentário, 11 parlamentares aparecem votando na ocasião e, pelo ponto de vista da diretora, sintetizam os acontecimentos naquela ocasião. Destes parlamentares, sete homens votaram “SIM” pela abertura do processo e em seus discursos é possível inferir motivações ligadas a visões perpetuadas através do autoritarismo enraizado na sociedade brasileira e uma visão mandonista, onde o governante é “autoritário e severo diante daqueles que se rebelam; justo e “próximo” para quem o segue e compartilha das suas ideias” (SCHWARCZ, 2019, p. 53).

Já as pessoas que votaram “NÃO” pela abertura do *impeachment*, há o registro de dois homens, sendo um deles Jean Wyllys (PSOL), conhecido pela liderança em prol das demandas da população LGBTQIA+<sup>54</sup> no parlamento e José Airton Cirilo (PT). Além disso, há o discurso da votação de Jandira Feghali, deputada federal do PCdoB e representante do Rio de Janeiro, e Maria do Rosário, deputada federal do PT e representante do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que pelo ponto de vista apresentado pelo filme poderíamos entender que as mulheres formaram uma ampla maioria de apoio à Dilma dentro do parlamento, o que, como vimos em dados apresentados neste trabalho, não condiz com os números dos votos das parlamentares, que, assim como os homens, em sua maioria, não estavam do lado da presidenta. Por outro lado, considerando todo o conjunto de mulheres dentro da Câmara, o processo de fato não teria continuidade.

Diferentemente da justificativa familiar identificada nos votos dos políticos de oposição à Dilma, o discurso das deputadas fortalece a defesa dos direitos humanos e da democracia brasileira. Antes do voto de Maria do Rosário, vemos os votos do deputado João Rodrigues (PSD) e Rodrigo Maia (DEM), ambos justificaram o voto pela família e nenhum deles fala sobre os crimes de Dilma. Quando se referem à destituição de Dilma é mencionado o PT e a “quadrilha”.

---

<sup>54</sup> A sigla LGBTQIA+ reúne orientações sexuais e identidades de gênero e busca representar e defender a diversidade humana. Além disso, o movimento luta por mais igualdade para a comunidade.



Figura 9 - Imagem em Plano Fechado - Primeiro Plano e ângulo *Plongée*  
Fonte: O Processo (2018)

Na Figura 9, vemos Maria do Rosário cercada por homens engravatados e majoritariamente brancos. A imagem foi feita ao vivo em um Plano Fechado, além disso, a deputada está em Primeiro Plano e o ângulo é *Plongée*, ou seja, “está acima do nível dos olhos, voltada para baixo” (GERBASE, 2012, p. 102). A sensação que este ângulo nos passa é de falta de poder e inferioridade. Este sentimento se reforça ao prestarmos atenção na expressão facial de Maria do Rosário, onde percebemos uma aparente tristeza e desconforto ao discursar naquela ocasião; ao destacarmos a expressão dos homens que compõem o plano notamos que estão mais confortáveis. O contraste do vermelho da roupa de Maria do Rosário com os ternos cinzas e gravatas/faixas verdes e amarelas reforçam que a deputada é minoria naquele ambiente. Ao conectarmos a imagem ao som, diferente dos votos que antecederam seu discurso, a deputada se posiciona em defesa da democracia: “Maria do Rosário (PT): Pela democracia, pela soberania do voto popular, pela dignidade humana, por todos os que lutaram contra a ditadura militar, eu voto não a este golpe e sim ao Brasil!”.





Figura 10 - Imagem em Plano Geral  
Fonte: O Processo (2018)

Ao final do voto da deputada, o filme utiliza imagens em Plano Geral de Maria do Rosário em um telão junto aos manifestantes apoiadores de Dilma, que comemoram o voto com os braços levantados. Neste *frame*, vemos os homens que a cercavam dentro do Plenário como minoria e uma multidão alinhada ao posicionamento da deputada e voltada para a imagem dela. A composição da imagem reforça essa ideia, uma vez que as cores neste plano são vermelhas como a da deputada e a imagem de Maria do Rosário ocupa uma posição de destaque na parte superior do quadro (Figura 10). Além disso, o discurso está alinhado às questões que Dilma representa, como a defesa pela democracia e o repúdio à ditadura civil-militar.



Figura 11 - Imagem em Meio Primeiro Plano  
Fonte: O Processo (2018)

No plano seguinte ao voto de Maria do Rosário, representado pela Figura 11, não vemos o rosto do deputado que vota a favor da abertura do processo na Câmara. Enquanto ouvimos o voto, as imagens que cobrem o discurso do deputado são da manifestação pró-*impeachment*, captadas em Meio Primeiro Plano<sup>55</sup>, e demonstram a comemoração da manifestação pelo justificado “pela minha família, pela minha filha, pela minha esposa”. O uso pejorativo da palavra “querida” ao se referir à Dilma, utilizado pela oposição, também pode ser visto estampado em um cartaz. Neste caso, a cor se conecta com os elementos verdes e amarelos nas roupas dos deputados que estavam ao redor de Maria do Rosário.

Após as imagens da manifestação pró-*impeachment*, Jair Bolsonaro (sem partido), na época como deputado federal pelo Rio de Janeiro, realizou seu discurso na votação. O parlamentar não só ovaciona a figura de um dos militares mais envolvidos na prática de torturas durante o período da ditadura, como utiliza a figura do torturador para hostilizar Dilma Rousseff.

*Jair Bolsonaro: Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo exército de Caxias. Pelas nossas Forças Armadas. Por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos. O meu voto é sim.*

Podemos ouvir algumas vaias durante este discurso, mas a única intervenção do então presidente da Câmara diante deste discurso foi pedir para que Bolsonaro votasse, sem ressalva ou punição ao discurso antidemocrático do parlamentar. Neste caso, diferente do posicionamento de Dilma sobre a ditadura, percebemos a posição política branda de Eduardo Cunha em relação ao período autoritário e o descaso por aqueles que sofreram no período, incluindo a presidenta. Em seguida, vemos o momento em que Jandira Feghali discursa ao votar, ilustrado pela Figura 12.

---

<sup>55</sup> “A imagem em Meio Primeiro Plano enquadra a figura humana da cintura para cima” (GERBASE, 2012, p. 100).



Figura 12 - Imagem em Plano Fechado e *Plongée*  
Fonte: O Processo (2018)

Jandira Feghali, assim como Maria do Rosário, também está cercada por homens engratados e, em sua maioria, brancos. Aqui se pode ver com ainda mais clareza a expressão de tranquilidade e deboche por parte de alguns deputados. A imagem de Jandira, assim como a de Maria do Rosário, foi feita em um Plano Fechado e *Plongée* (Figura 12). Contudo, o braço levantado pela deputada pode ser visto como uma linha vertical longa que, segundo Mascelli (2010, p 232), “sugere força e dignidade”. Ao apontar o dedo indicador a deputada reforça uma postura combativa e forte. Ao conectarmos com o discurso de Janaína, essa postura é reforçada, uma vez que a deputada é incisiva ao expor a corrupção de Cunha e Temer, além disso destaca o teor autoritário da chamada “aliança pelo *impeachment*”.

*Jandira Feghali (PCdoB): Primeiro, registrar a minha indignação deputado Eduardo Cunha, por ainda vê-lo sentado nesta cadeira sem reunir condições morais para isso; segundo, a minha indignação de vê-lo abraçado com um traidor da democracia, que tenta usurpar a cadeira da presidenta que é o senhor Michel Temer, que não tem voto para tal. Terceiro, quero expressar aqui que ficou muito claro para a sociedade brasileira qual é a aliança pelo impeachment que reúne corruptos, torturadores, como Jair Bolsonaro, e traidores da pátria. Eu voto não contra o golpe.*

Após o voto da deputada, ainda vemos o voto do deputado Eduardo Bolsonaro, filho de Jair Bolsonaro, também exaltando o período da ditadura civil-militar. Mais uma vez, Eduardo Cunha se mantém em silêncio à manifestação antidemocrática de Eduardo Bolsonaro. Aqui, conectamos a indiferença de Cunha com aspectos vistos no primeiro capítulo, uma vez que os reflexos do não julgamento dos crimes cometidos durante a ditadura civil-militar podem ser percebidos através da postura negligente do presidente da Câmara, ao se deparar com discursos



antidemocráticos na abertura do processo de *impeachment* contra Dilma. Os votos dos quatro deputados seguintes a votar são divididos entre dois votos contra a abertura do *impeachment*, de Jean Wyllys e José Airton Cirilo, e dois a favor, o de Eduardo Cunha, que votou a favor do *impeachment* pedindo “que Deus tenha misericórdia da nação brasileira”, e de Rogério Marinho (PSDB), que contabilizou os votos necessários e oficializou a abertura do processo.

O último *frame* da análise, em contraste com os anteriores, representa o discurso de Janaína Paschoal contra Dilma Rousseff. Neste caso, uma figura feminina que defende o *impeachment* da ex-presidenta.

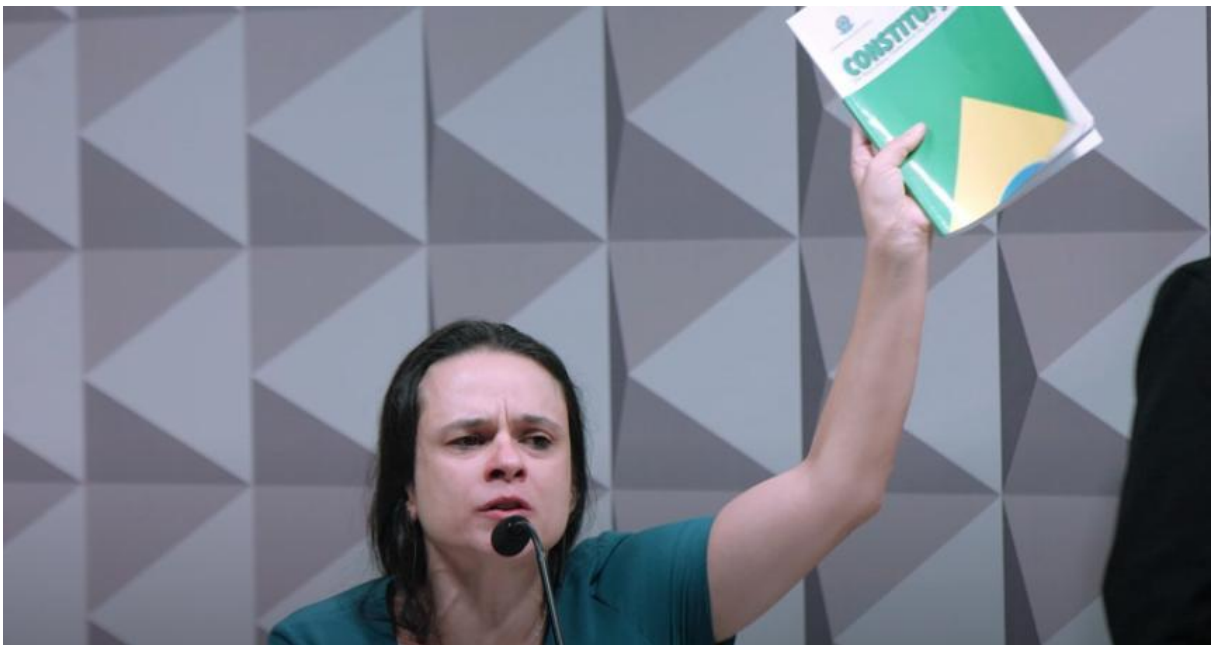


Figura 13 - Imagem em Primeiro Plano  
Fonte: O Processo (2018)

Na Figura 13, Janaína Paschoal está enquadrada em Primeiro Plano. O discurso da jurista ocorre na ocasião em que a Comissão do *Impeachment* ouve os advogados da acusação e defesa de Dilma e no filme é retratado entre os 20 minutos e 28 segundos até 23 minutos e 51 segundos. O braço levantado com a Constituição é o ponto de destaque do *frame*, localizado no canto superior direito. O equilíbrio da imagem é informal, e, para Mascelli (2010, p. 243), “a figura em destaque adquire o caráter de centro de interesse ao contrastar com uma figura secundária”, neste caso Janaína Paschoal. Em parte de sua fala, descrita abaixo, Janaína utiliza de aspectos relacionados ao feminino para depreciar Dilma Rousseff:

*Janaína Paschoal: [...] Vossas Excelências acham que eu não teria gosto de ver uma mulher ter sucesso na presidência da república, independentemente do partido? Eu sou brasileira! Eu amo esta terra. Mais que tudo. Eu estou aqui porque eu sou brasileira, esse é meu partido. Eu nunca votei no PT, mas quando a presidente Dilma deu a entrevista para o Fantástico, dizendo que ela sonhava em ser bailarina, eu*



*chorei. A bailarina se perdeu. Como advogada, na condição de professora de direito penal, na condição de amante, apaixonada pela constituição federal, eu não tinha alternativa. [...] Eu sou apenas uma professora de direito e numa República, esse é o livro sagrado. Esse é o livro sagrado que permite que todos os outros livros sagrados sejam respeitados e convivam bem. O que eu quero, Excelência, é que as criancinhas, os brasileirinhos que estão me ouvindo, que eles acreditem que vale a pena lutar por esse livro sagrado que o PT não assinou.*

Através da fala de Janaína Paschoal, podemos inferir que ela utilizou aspectos femininos para depreciar Dilma Rousseff. Ao pressupor que gostaria de ver uma mulher tendo êxito na presidência, deixa implícito que Dilma falhou como governante. Ao mencionar que Dilma gostaria de ser bailarina, mas não foi, também evidencia a limitação da presidenta com uma atividade conectada ao feminino. Percebemos, ainda, que a fala “a bailarina se perdeu”, para qualificar a postura de Dilma na presidência, é utilizada de maneira pejorativa, uma vez que Dilma não é uma bailarina e sim era, na ocasião, Presidenta da República. Mesmo uma mulher, ao representar a oposição à Dilma Rousseff no processo de *impeachment*, não deixou de desqualificá-la pelo viés feminino.

Pela análise destes *frames*, entendemos que, pelo ponto de vista do filme, as mulheres dentro da Câmara representavam a mentalidade das mulheres que apoiaram Dilma nas manifestações. Quando pensamos sobre o conjunto de todas as mulheres dentro do parlamento, as conexões estabelecidas pelo filme com a realidade não demonstram esse fato. Ao pensarmos somente pelo ponto de vista do documentário, o fato de a maioria das mulheres terem votado a favor da abertura do processo não seria conhecido, uma vez que essa perspectiva não foi apresentada. No entanto, não é possível inferir que o filme está totalmente desconexo com a realidade, pois se considerarmos todas as mulheres a destituição, através do processo em questão, não teria prosseguido ao Senado.

Pela análise do *frame* de Janaína, compreendemos que ela utiliza a força da Constituição para afirmar a veracidade da denúncia que realizou. Aliado a isso, percebemos na fala de Janaína que, mesmo sendo uma mulher, a jurista utilizou símbolos femininos para desqualificar a postura e a atuação de Dilma Rousseff. O uso pejorativo da palavra “bailarina” se assemelha ao uso pejorativo da palavra “querida”, utilizado por parlamentares e manifestantes pró-*impeachment*. Através dos planos analisados neste trabalho, podemos inferir que, ao contrário das pessoas que se posicionaram em defesa de Dilma Rousseff, a oposição utilizou artifícios misóginos para concretizar a destituição da presidenta.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, buscamos compreender de que forma o feminino é mostrado no documentário “O Processo”. A análise que respondeu a esta questão foi aliada ao referencial teórico, assim estabelecendo conexões e asserções acerca da presença das mulheres no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

No primeiro capítulo, passando pela instauração da democracia representativa no Brasil e pelo uso do *impeachment* como uma forma de fiscalização de poder, podemos estabelecer as seguintes asserções: no Brasil, pratica-se uma democracia incompleta ao observarmos a desigualdade de representação de gênero no parlamento. Além disso, a utilização do *impeachment* apresenta fragilidades para a governabilidade no Brasil. Isso ocorre por incongruências nas motivações que levaram à destituição de Dilma Rousseff pelo processo de *impeachment*, como a prática de pedaladas fiscais pelo próprio relator Antonio Anastasia em sua gestão.

Também é notório que o discurso de parlamentares para afirmar a veracidade do *impeachment* de Dilma fosse embasado em manifestações nas ruas. Sendo esta fonte argumentativa, herdada pela força das manifestações durante o *impeachment* de Collor.

No segundo capítulo, dedicado à autora e à obra, podemos inferir que a narrativa aproxima o espectador dos agentes diretamente envolvidos no processo de *impeachment*. Estes agentes, ligados tanto à defesa quanto à acusação, são evidenciados nas constantes sessões no plenário e ações nos bastidores da defesa. Além disso, compreendemos que a perspectiva de integrantes de esquerda é mais constante pelo fato de a diretora não ter obtido acesso aos bastidores da acusação.

Ainda, no que diz respeito ao filme, notamos que a ausência das entrevistas acrescenta espontaneidade às ações das pessoas retratadas. Ademais, compreendemos a relevância de espaços unicamente textuais para contextualizar todos os fatos apresentados no filme e situar o espectador na narrativa.

No terceiro e último capítulo, através do desenvolvimento focado na realidade política de Dilma, identificamos a hostilidade sofrida por ela por parte de parlamentares e da mídia, com a visão da presidenta como uma mulher fria, rígida e desequilibrada. Há nesse ponto o indício de que, através da visão masculina predominante em ambientes políticos, a postura de uma mulher diante das adversidades políticas é, independente da interpretação, vista por um viés psicológico fragilizado, ainda que Dilma não tivesse o perfil de se mostrar instável.

Na análise das imagens da manifestação em frente ao Planalto, percebemos que esta visão de Dilma descrita por opositores e pela mídia no documentário é incoerente, quando

vemos a presidenta junto ao seu grupo de apoio predominantemente feminino. No documentário, a escolha da diretora tem grande significado em destacar que Dilma Rousseff tem o apoio feminino e que as mulheres presentes nesta cena do filme demonstram afeto a ela e são correspondidas pela presidenta.

No que tange aos parâmetros formais da imagem, nesta parte da análise, identificamos que as escolhas técnicas da diretora evidenciam a multidão de mulheres na manifestação, reforçam os símbolos femininos, como a flor, e a consciência sobre a ditadura civil-militar, com o cartaz, e ação e energia do contato de Dilma Rousseff com as mulheres.

Apontamos, também, que as mulheres que apoiaram Dilma no documentário assumiram uma perspectiva de resistência ao autoritarismo imposto no período do *impeachment*. Na manifestação analisada neste trabalho, ofereceram à Dilma apoio e demonstraram memória acerca da figura da presidenta no período ditatorial. No parlamento, além de emprestarem sua imagem para defender Dilma ao votarem contra a abertura do processo, afirmaram o compromisso com a democracia e o repúdio ao autoritarismo.

No que diz respeito à conexão do referencial teórico do capítulo, com os *frames* analisados, constatamos que as imagens não passam todo o contexto do que de fato ocorreu na votação, uma vez que a maioria das mulheres não apoiou Dilma na ocasião, mas, pelo ponto de vista do filme, as mulheres dentro do parlamento têm essa postura de defesa à Dilma. A análise dos parâmetros formais das imagens evidencia a perspectiva de desvantagem das mulheres dentro do plenário, posto que estas estavam cercadas por homens predominantemente de oposição e resistência ao *impeachment* dentro da Câmara.

A única mulher de oposição em evidência no documentário, Janaína Paschoal, em seu discurso, salienta a falha de Dilma Rousseff como governante e como “bailarina”. Ela toca a questão do feminino ao se referir à presidenta como bailarina e utiliza a Constituição como símbolo de sua verdade, erguendo-a e acusando o partido de Dilma Rousseff de violá-la. O emprego da frase “a bailarina se perdeu” no discurso se alinha ao uso de adjetivos femininos pejorativos pela oposição como forma de depreciar a presidenta.

Por fim, percebemos que o retrocesso às pautas direcionadas para mulheres imposto por medidas de Eduardo Cunha e a falta de representatividade feminina parlamentar, também potencializada na gestão de Michel Temer, comprometem o exercício de uma democracia plena no país. Por mais que os avanços durante o governo de Dilma não fossem expressivos em todas as áreas, foi ela quem mais buscou evidenciar a causa dentro da máquina pública e em políticas públicas voltadas para mulheres.

Vemos, em suma, que, mesmo com um número elevado de partidos, sendo estes elementos fundamentais para a democracia representativa, o número de mulheres que

emplacam candidaturas e conquistam uma vaga no parlamento ainda atinge proporções pouco expressivas e que isso tem impacto nas decisões parlamentares, inclusive no processo de *impeachment*.

## REFERÊNCIAS

- AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Texto & Grafia, 2004.
- BARROS, Sérgio Resende. O impeachment republicano. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, 12, p. 491-504, 2006. Disponível em: <<https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/325>>
- BARROSO, Luís Roberto. Dez anos da Constituição de 1988. **Revista de Direito Administrativo**, p. 1-25, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47263/45375>
- BICUDO, H.; PASCHOAL, J.; REALE, M. **Pedido de Impeachment da Presidenta da República Dilma Rousseff**. 2015. p. 1-65.
- COSTA, A. L. V. **Crise de representação, cultura política e participação no Brasil: das jornadas de junho ao impeachment de Dilma Rousseff (2013-2016)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas). Universidade de Lisboa. Portugal, 2019.
- DIAS, Luiz Antonio. **Política e participação juvenil: os ‘cara-pintadas’ e o movimento pelo impeachment**. História Agora – a revista de história do tempo presente, 2008.
- DWECK, Ester; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. 2017. Campinas: IE/Unicamp. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3532&tp=a>
- FONSECA, Júnior Xavier; FACHIN, Zulmar. A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios. **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 2, 2020. ISSN 2177-2851. Disponível em: [https://periodicos.uff.br/revista\\_estudos\\_politicos/article/view/40572](https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/40572)
- GERBASE, Carlos. **Cinema: primeiro filme, descobrindo, fazendo, pensando**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2012.
- GITIRANA, Julia Helioro Souza; KREUZ, Leticia Regina Camargo. Ministras de Estado: uma análise prosopográfica das mulheres nos cargos máximos da República de 1985 a 2019. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 43, p. 245-266, ago. 2020. ISSN: 0104-6594. E-ISSN: 2595-6884. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.94386>
- GLASENAPP, Ricardo B. **O impeachment na Constituição Federal de 1988: de Sarney a Temer**. Londrina: Thoth, 2018.
- GLASENAPP, Ricardo Bernd; FARIAS, Alessandra de. O processo de impeachment na Constituição Federal de 1988 e sua aplicação no caso Dilma Rousseff. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto-SP, ano XXI, v. 25, n. 1, p. 79-101, jan./jun. 2016.
- GRATON, Isabela Alves; GUAZINA, Liziane. Mídia e machismo: a representação de Dilma Rousseff nos grandes veículos de comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2017 Curitiba/PR. **Anais...** Curitiba/PR, 04 a 09 set. 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1816-1.pdf>

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como morrem as democracias**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 5-34, 1995. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod\\_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4418905/mod_resource/content/1/Manin%20-%20Metamorfoses%20do%20governo%20representativo%20%28artigo%29.pdf)>

MASCELLI, Joseph V. **Os cinco Cs da cinematografia, técnicas de filmagem**. São Paulo: Summus, 2010.

MENEZES, Eduarda Lattanzi. **Governo Dilma a partir da perspectiva de gênero nos âmbitos internacional e doméstico**. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política, 9., Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP). 2017, Montevideu/UI. **Anais...** Montevideu, Uruguai 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNTToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSzZPIjtzOjQ6IjE5MjYiO30iO3M6MToiaCI7czozMjoiZGExODI0MGM4OTkxNzFjZGQ3NjRmNWVhOWVhNGFhZTAiO30%3D>

MIGUEL, Felipe Luiz; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

O PROCESSO. Direção: Maria Augusta Ramos. Gênero: Documentário. Produção: Leonardo Mechi. Edição: Karen Akerman. Brasil: Canal Brasil; World Cinema Found. 21 fev. 2018. 1 rolo de filme cor. (137 min.).

PIVETTA, Saulo L. **Legisladores juízes: impeachment na Constituição de 1988**. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53686/R%20-%20T%20-%20SAULO%20LINDORFER%20PIVETTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

PROGRAMA ESTADO DE DERECHO AMÉRICA LATINA. In: **Anuario de Derecho Constitucional Latinoamericano**, 22., Colômbia, 2016. Disponível em: <[http://spijlibre.minjus.gob.pe/content/publicacion\\_extranjera/repositorio/convencion/ANUARIO2016.pdf#page=16](http://spijlibre.minjus.gob.pe/content/publicacion_extranjera/repositorio/convencion/ANUARIO2016.pdf#page=16)>

RAMOS, Maria Augusta. Não sou ativista, sou cineasta. [Entrevista concedida a] Helena Wöhl Coelho. **Deutsche Welle**, Berlim, 23 fev. 2018. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-sou-ativista-sou-cineasta/a-42716408?fbclid=IwAR1Ae6JJr0STR6FNNYkgXpaGRPsyww72bxgFB8r3WzJboHSQt\\_mj7Pyy388](https://www.dw.com/pt-br/n%C3%A3o-sou-ativista-sou-cineasta/a-42716408?fbclid=IwAR1Ae6JJr0STR6FNNYkgXpaGRPsyww72bxgFB8r3WzJboHSQt_mj7Pyy388).

RECHIA, Douglas Goveia. O impeachment no estado democrático de direito brasileiro. **Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, v. 8, n. 3, p. 313-343, set./dez. 2020.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. **Biblioteca da Presidência da República**, Brasília, 8. mar. 2014. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

[presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher.](#)

ROUSSEFF, Dilma Vana. Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. **Senado Notícias**, Brasília, 1 jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 6 maio 2021.

RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SALLUM JR.; Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/nF5QWr93FX3GFBf8yXsPWGS/abstract/?lang=pt>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n.102, p. 39-67, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/abstract/?lang=pt>

TELLES, Sabrina de Oliveira Silva. **Repertórios de interação dos movimentos de mulheres e feministas com o governo Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) - Universidade Católica do Salvador. Salvador/BA, 2018. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/839/1/DISSERTACAOSABRINATELLES.pdf>

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2017.

VIEIRA, Rafaela. Crise do governo Dilma: a crise econômica internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória/ES. **Anais...** Vitória, Espírito Santo. 2018.

WEILER, Ana Luísa Desso; HAUSER, Ester Eliana; BELIBIO, Daniela. A lei do feminicídio e o uso simbólico do direito penal: considerações sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil. **Salão do Conhecimento**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/4718>



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)